



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

WALQUÍRIA DOS SANTOS LIMA

**EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS: MANIFESTO DOS PIONEIROS DA
EDUCAÇÃO NOVA (1930 – 1937)**

JOÃO PESSOA/PB
2019

WALQUÍRIA DOS SANTOS LIMA

**EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS: MANIFESTO DOS PIONEIROS DA
EDUCAÇÃO NOVA (1930 – 1937)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, com aprofundamento na área de Educação de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho.

JOÃO PESSOA
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732e Lima, Walquiria Dos Santos.

EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS: MANIFESTO DOS PIONEIROS DA
EDUCAÇÃO NOVA (1930-1937) / Walquiria Dos Santos Lima.

- João Pessoa, 2019.

66 f.

Orientação: Maria Elizete Guimarães Carvalho.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. 2.
Contribuições educacionais. 3. Era Vargas. I. Carvalho,
Maria Elizete Guimarães. II. Título.

UFPB/BC

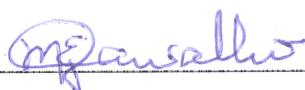
WALQUÍRIA DOS SANTOS LIMA

**EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS: MANIFESTO DOS PIONEIROS DA
EDUCAÇÃO NOVA (1930 – 1937)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito à obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia, com aprofundamento na área de Educação
de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Monografia aprovada em: 01 / 10 / 19.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho (UFPB – Campus I)
Orientadora

Profa. Dra. Vivia de Melo Silva (UFPB – Campus I)
Examinadora

Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (UFPB – Campus I)
Examinadora

Dedico este trabalho essencialmente a Deus, o responsável por todos os milagres manifestados em minha caminhada e a minha família, razão da força que me ergue todos os dias para o alcance da realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me ama incondicionalmente, que é meu pai, meu amigo e meu orientador, sem o qual nenhuma conquista seria possível e com sua infinita misericórdia, graça e amor, permitiu-me chegar até aqui. Ele é quem me capacita, fortalece e me renova quando as forças se esvaem. Toda glória e toda honra sejam apenas a Ele

A minha filha Gabriela, motivo da minha força, da minha persistência, do meu orgulho, da minha vontade de vencer. É por ela que não esmoreço, que luto todos os dias. Eu a amo, filha. Você é o meu maior orgulho!

Ao meu esposo Josy Patrionaldo, o amor da minha vida, cujo apoio e estímulo me faz amá-lo ainda mais. Agradeço por ter acreditado em mim quando eu não mais acreditava. Você fez com que eu retomasse sonhos, antes esquecidos, e se hoje cheguei até aqui, foi porque você não permitiu que eu desistisse, diante de todas as lutas, você sempre esteve presente, sendo sempre o meu amparo. Enfim, como não ter certeza que você é o presente que Deus reservou para mim? Amo você!

A minha família, especialmente minha mãe, que fez de tudo para tornar os momentos difíceis mais brandos, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e me dando o suporte necessário para continuar buscando a concretização desse sonho.

Obrigada, Edinho, irmão querido, por muitas vezes aliviar minha ausência, dando suporte a minha filha; agradeço a minha cunhada Cynthia pelo apoio e compreensão; e as minhas sobrinhas Bárbara e Deborah, muito obrigada pelo carinho. Amo vocês!

Ao meu pai (*in memoriam*), que não pode estar presente nesse momento tão incrível da minha vida, mas se hoje consegui concluir a faculdade, devo tudo a ele. Seus ensinamentos e valores alimentaram minha alma e conduziram meus passos até aqui. Saudades eternas!

A Sr. Osvaldo e a D. Fátima (avós da minha filha), que me adotaram como filha e os considero parte da família. Minha gratidão! Sei o quanto torceram /torcem por mim. Não poderia deixar de agradecer-lhes. As suas orações foram fundamentais para a realização desse momento.

A todos os professores da Universidade Federal da Paraíba, incluindo os examinadores da banca, que contribuíram com a minha trajetória acadêmica, deixando lembranças de admiração e carinho. Em especial a minha querida Orientadora

Professora Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho, por ter acreditado em mim e trilhado comigo esse caminho tão desafiador. Sempre enalteci sua generosidade como docente, e, principalmente, como ser humano; aqui reitero a minha admiração. Muito obrigada por me ensinar o verdadeiro sentido da educação.

A minha inspiradora amiga Auristela (minha Auri) pelas aprendizagens compartilhadas, pela sua dedicação que foi tão fundamental para todo esse processo. Obrigada pelas contribuições. Foram de suma importância para a conclusão desse trabalho.

Aos amigos que encontrei durante esses longos anos na academia e que fazem parte da minha história, em especial a Amanda de Santana, Bruna Meirellis, Felipe Ivo, Guthierry Cassiano, Maraiane Pinto, Márcia Isabella, Mariana Souza, Mayara Jales, Paulo Ricardo e Rossana Ferrer. Obrigada pelos inúmeros conselhos, frases de motivação e puxões de orelha. As risadas, que vocês compartilharam comigo nessa etapa tão desafiadora da vida acadêmica também fizeram toda a diferença. Minha eterna gratidão. Esse TCC também é de vocês!

Não poderia deixar de agradecer todas as turmas de Pedagogia das quais fui monitora. Não poderei citar o nome de todos, mas tenham certeza: guardo no meu coração, cada gesto, cada palavra dividida. Vocês são pedras preciosas, espalhem amor por onde passar, distribuam gentilezas a todos que puder. Nessa vida, o que importa é o legado que deixamos para as pessoas. Sem vocês eu também não conseguiria.

A todos os meus amigos que fizeram/fazem parte da minha vida. Muito obrigada pelo apoio, incentivo e todos os ensinamentos. Não consigo mensurar a importância de cada palavra de estímulo, de carinho e de apoio que recebi de vocês. Acreditem, vocês fazem parte da minha vitória e sempre estarão presentes na minha história. Amo vocês!

Por fim, deixo uma palavra de gratidão a todas as pessoas que de alguma forma tocaram meu coração e transmitiram-me força e confiança.

“É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que num dado momento, a tua fala seja a tua prática”

Paulo Freire

RESUMO

Pretende-se, neste estudo, analisar as contribuições do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) para a educação do período, detectando o legado desse documento para a educação atual. Portanto, propõe-se realizar um estudo que se preocupa com a memória histórica educacional, rememorando fatos que se tornaram marcos na História da Educação Brasileira. Nesse sentido, serão tecidas considerações que contribuam para a rememoração da história da educação no Brasil, potencializando a compreensão sobre avanços e retrocessos históricos, bem como rupturas e continuidades. Nessa perspectiva, reflete-se sobre o contexto histórico e educacional dos anos de 1920, sobre o cenário educacional, político e social da “Era Vargas” e sobre as ideias pedagógicas do período. Abordando o processo educacional ao longo desses quase 20 anos de história, destaca-se a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), importante entidade de fomento das discussões educativas no período. Tais debates, voltados para a melhoria e/ou ampliação do sistema educacional, estavam em ascensão no período e davam visibilidade à questão educacional. Entre os anos de 1930 e 1937, surgiram vários movimentos e iniciativas favoráveis à educação, sobressaindo-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que propunha princípios para uma reforma na educação. Assim, a partir de uma abordagem qualitativa, utilizou-se fontes escritas (bibliográficas), dialogando com autores como: Saviani (2010), Lemme (2005), Nagle (1976, 2001), entre outros. O Manifesto dos Pioneiros educadores da Escola Nova foi crucial para a defesa de uma educação mais acessível e comum a todos, visto que defendia uma escola pública, gratuita e obrigatória, objetivando uma educação de qualidade.

Palavras-Chave: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; Contribuições educacionais; Era Vargas.

EDUCATION AT ERA VARGAS: THE *MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA* (1932)

ABSTRACT

This project intends to analyze the contributions of *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) to the education at this period, detecting this document legacy to the current education. Therefore, we purpose to perform a study that has preoccupation with the educational historical memory, *rememoring* facts that became milestones in the Brazilian's Education History. In this way, considerations that contribute to the *rememory* of the Brazil's Education History are going to be done, intensifying the comprehension about historical advances and setbacks, so as so its rifts and continuities. In this perspective, we reflect about the historical and educational context of 1920, about the educational, political and social setting of "*Era Vargas*" and about the pedagogical ideas of this period. Addressing the educational process during these 20 years of history almost, we emphasize the creation of the *Associação Brasileira de Educação (ABE)*, important foment agency of the educational discussions at the period. These debates directed to the improvement and/or increase of the educational system, were ascending and gave visibility to the educational question at the period. Between 1930 to 1937, appeared many movements and initiatives conductive to the education, excelling the *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, that had purposed principles to an education reform. So, using a qualitative approach, we deployed written (bibliographical) sources, discussing with authors as Saviani (2010), Lemme (2005), Nagle (1976, 2001), and others. The *Manifesto dos Pioneiros Educadores da Escola Nova* was crucial to the defense of a more accessible and inclusive education, considering that had defended an obligatory, free and public school, objecting a quality education.

Key-words: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; Educational Contributions; Era Vargas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Grupo escolar na Primeira República.	23
Figura 2: Participantes da 1º Conferência Nacional de Educação.....	27
Figura 3: Membros da Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição de 1934.....	36
Figura 4: Dia da Promulgação do Manifesto dos Pioneiros (1932)	48
Figura 5: Nível de instrução da população brasileira, com idade a partir de 25 anos (2018)	60
Figura 6: Analfabetismo no Brasil entre pessoas com idade a partir de 15 anos (2018)	61

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA	16
2.1 CONJUNTURA POLÍTICA E EDUCACIONAL DOS ANOS 1920	16
2.1.1 Criação da Associação Brasileira de Educação (ABE): modificações no cenário educacional	25
2.2 PREMISSAS HISTÓRICAS: ERA VARGAS 1930 – 1937	29
2.2.1 Cenário político, social e educacional	30
2.2.2 Escola Nova e otimismo pedagógico	38
3 O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA	42
3.1 ROMPIMENTO DO MODELO TRADICIONAL DE EDUCAÇÃO: A CONCEPÇÃO REFORMISTA DA ESCOLA NOVA	43
3.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA DO DOCUMENTO DO MANIFESTO DOS PIONEIROS	47
3.2.1 Contribuições do Manifesto dos Pioneiros para a educação e para atualidade	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende refletir acerca das contribuições advindas do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), além de algumas repercussões promovidas por esse documento. Nessa expectativa, fez-se necessário contextualizar o período histórico e educacional dos anos de 1920 para compreender o contexto educacional, político e social da “Era Vargas”, cenário em que o referido documento foi produzido.

O Documento Manifesto dos Pioneiros evidencia um significativo movimento nacional de renovação, direcionado para as questões educacionais do país, além de representar um expressivo momento de luta pela implementação de uma educação pública e gratuita. Do mesmo modo, defende com nitidez o reconhecimento da educação como problema imediato e que deveria ser de comprometimento do Estado.

Portanto, a motivação na escolha da temática deve-se não apenas a promover uma reconstituição histórica, mas principalmente por acreditar que o referido tema seja um ponto de partida para potencializar a compreensão sobre avanços e retrocessos, bem como rupturas e continuidades protagonizadas pela educação ao longo do período estudado, com contribuições para a atualidade.

Além disso, a significativa experiência no projeto “*Os Fundamentos da Educação e sua Relevância para formação das Licenciaturas*”¹, vinculado ao Programa de Monitoria da UFPB, foi fundamental, visto que promoveu várias reflexões sobre as diversas lacunas existentes no Sistema Brasileiro de Educação.

Ressalta-se que a experiência de sete períodos na prática monitorial na disciplina História da Educação I promovia uma inquietação na busca por compreender, de maneira mais profunda, o legado educacional que foi deixado como herança às futuras gerações, na forma de práticas, ideias, movimentos, escrituras, entre outras.

Experiência de extrema relevância e determinante para a escolha da temática, considerando que a aplicação do projeto ocorreu em turmas do primeiro período do Curso de Pedagogia, promovendo o acesso a discentes do turno noturno, que em seus relatos traziam angústias, medos, gratidão, indecisão e muitas vezes a incerteza da conclusão do curso, haja vista a falta de estrutura, em sua grande maioria, financeira.

¹Participação do Projeto de Monitoria nos períodos de 2016, 2017, 2018 e 2019 no componente curricular História da Educação I, na sala 301 do Centro de Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho.

Tais fatos provocaram questionamentos sobre a educação e a necessidade de compreender o presente. Logo, torna-se perceptível que para compreender o presente é necessário permear/investigar o passado, pois, “a história é o exercício da memória realizado para compreender o presente e para nele ler as possibilidades do futuro, mesmo que seja de um futuro a construir, a escolher, a tornar possível” (CAMBI, 1999, p. 35).

A proposta apresenta como objetivo geral analisar as contribuições do Manifesto dos Pioneiros para a educação brasileira, considerando as reformas propostas e o legado de suas ideias para a melhoria educacional. Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos: Compreender os antecedentes históricos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, para sua elaboração; identificar o legado deixado pelo Manifesto para a atual educação; e discutir sobre a proposta pedagógica e as contribuições do documento do Manifesto dos Pioneiros.

Para contemplar esse estudo, utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, com fontes bibliográficas e iconográficas. Entre os autores estudados, cita-se: Saviani (2010), Lemme (2005), Nagle (1976, 2001), Romanelli (1987), Ghiraldelli Júnior (1994, 2003), entre outros teóricos; reportou-se também a alguns documentos legais, como as Constituições de 1934 e 1937.

Nesse sentido, serão tecidas considerações que contribuam para a rememoração da história da educação no Brasil, além de abordar brevemente o processo educacional ao longo desses quase 20 anos de história. Para isso, esse estudo foi estruturado em quatro seções: a primeira refere-se à Introdução, onde apresenta-se o objeto de estudo, a justificativa de escolha do tema, os questionamentos que norteiam a pesquisa, além dos aspectos teórico-metodológicos.

Na segunda seção, apresenta-se o contexto político e educacional dos anos 1920, abordando as diversas reformas educacionais do período, a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e as modificações educacionais a partir da sua criação, bem como as premissas históricas da Era Vargas no cenário político, social e educacional, além de discutir sobre a Escola Nova e o Otimismo Pedagógico.

A terceira seção abordou o embate das concepções ideológicas existentes no período, o que resultará no enfraquecimento de uma educação tradicional a partir de um novo conceito de educação, fundamentado nas ideias escolanovistas, introduzido pelos intelectuais que se tornariam os signatários do Manifesto de 1932. Aprofundar-se-á a

temática nas propostas pedagógicas do documento do Manifesto dos Pioneiros, e em suas contribuições para a educação e para os dias atuais.

Por fim, apresentar-se nas considerações finais o resultado dessa pesquisa, tecendo reflexões acerca do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ponderando sobre as mudanças advindas desse documento. Portanto, nesse último momento serão discorridas as palavras finais, pelas quais, ainda que admitindo as limitações, espera-se contribuir para pertinentes reflexões sobre a História da Educação, mais precisamente sobre o supracitado Manifesto de 1932.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLANOVA

Discorrer sobre os acontecimentos que antecederam o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova pressupõe refletir sobre fatos históricos que são inerentes para a compreensão dos debates e/ou discussões que circulavam na época, bem como o contexto social, político, econômico e educacional.

Nesse sentido, para compreender as modificações educacionais decorrentes da Era Vargas, é fundamental ter uma visão panorâmica das transformações ocorridas na sociedade na transição da Primeira República e do intenso debate educacional da época. Deste modo, essa seção discutirá o contexto político e educacional dos anos 1920, abordando as diversas reformas educacionais do período, a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e as modificações educacionais a partir da sua criação, bem como as premissas históricas da Era Vargas no tocante ao cenário político, social e educacional, além da Escola Nova e o Otimismo Pedagógico.

2.1 CONJUNTURA POLÍTICA E EDUCACIONAL DOS ANOS 1920

O período da Primeira República (1889-1930) foi um momento no qual a sociedade brasileira experienciava mudanças expressivas no âmbito político, econômico, cultural e social, visto que muitas transformações já estavam acontecendo no Império, tais como a expansão da lavoura cafeeira, o fim do regime escravocrata, a instituição do trabalho assalariado, entre outras modificações sociais, embora algumas tenham sido usadas estrategicamente como meio de evitar a concretização de um novo regime político, a República, como menciona Inácio Filho e Silva (2010, p. 219):

[...] o parlamento imperial atendeu ou pôs em andamento muitas propostas republicanas, incluída aí a abolição do trabalho escravo, mantido intocado junto com os privilégios da aristocracia rural e do latifúndio ao longo de quase todo período monárquico.

A República não foi conquistada por intermédio da população. A sua efetivação ocorreu a partir dessas diversas transformações ocorridas no cenário da época, que mais tarde se configuraria como um golpe de Estado sob o domínio de Marechal Deodoro da Fonseca e com o apoio de um pequeno grupo da sociedade composto por políticos,

fazendeiros e alguns intelectuais que, insatisfeitos com essas modificações sociais, mostraram interesse pelo fim do Império.

Todavia, não obstante a esse progresso, considera-se um estado de permanência e continuidades, o que deu ao período aspectos divergentes. “O novo e o velho convivem e se influenciam. Apesar de modernizar-se, a sociedade brasileira continua presa ao tradicionalismo, impedindo/travando atuações e mudanças nas questões sociais” (CARVALHO, 2009, p. 3).

Destarte, dá-se início a um novo momento no Brasil: o período republicano, cuja característica principal era tornar-se um governo proveniente do povo, para representá-lo e cuidar do bem comum a todos, entretanto, é importante evidenciar que a concepção da República não era uma realidade na conjuntura da época, considerando que a minoria permanecia no poder, além de se fortalecerem “com a política dos governadores, dando continuidade ou aprofundando o fenômeno do coronelismo e do patriarcalismo”, características do Império (CARVALHO, 2009, p.2).

As primeiras décadas do século XX, segundo as palavras de Inácio Filho e Silva (2010, p. 219), representavam para o Brasil “um momento crucial de definição da nacionalidade, processo que não se completara com o Império, após a independência política”. Existia, por parte da elite, uma busca pela significação da cidadania. Os mesmos autores explicam que:

As elites trataram de definir os contornos da cidadania possível de dar respostas às demandas dos setores emergentes e de criar um conjunto de símbolos representativos do novo regime [...]. Tratava-se de construir uma nação, ou o que elas entendiam por nação. Mas não se tratava de um projeto que incorporasse a maior parte da população brasileira a uma real participação política, bem como direitos correspondentes nem de alterar de modo significativo os privilégios herdados do período monárquico. (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010, p. 220)

Nesse período, o Brasil estava em um momento de transição e a maior preocupação dos reformadores em relação ao Brasil era promover na nação a reprodução dos modelos europeus e, como bem colocado pelos autores, mantendo inclusive, a exclusão da maior parte da sociedade, conservando os privilégios do período monárquico.

Um pouco antes de iniciar a década de 1920, o país passa por uma desilusão com as promessas republicanas transformadoras, ora não-cumpridas, de tornar o regime político brasileiro em uma república a serviço do povo, afirmadas nos primórdios da sua efetivação. As mudanças nas esferas políticas, econômicas e culturais, a permanência da

centralização do poder e a desigualdade social, entre outros fatores foram motivo de insatisfação e contribuíram para uma intensa crise no período.

Embora o Brasil se encontrasse em um momento de transição no sistema governamental, é importante salientar que apesar dos desdobramentos mais variados, alguns modelos que eram vigentes no Império perpetuaram-se na República, entre esses a educação, tendo em vista as permanências de um velho regime cativo ao tradicionalismo, dado importante para desencadear a compreensão sobre a segunda década do século XX.

Nesse sentido, convém ressaltar a importância de iniciar esse estudo a partir de 1920, já que os maiores acontecimentos culminaram em expressivas modificações, resultantes, principalmente, do impacto trazido pelo fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), bem como a vitória da revolução Russa, em 1917. Como explica Lemme (2005, p. 164):

Pela importância desses acontecimentos históricos e por suas consequências é que há historiadores que consideram também como marcos iniciais do século XX o fim da guerra de 1914 - 1918 ou ainda a vitória da revolução Russa, em 1917.

Segundo Lemme (2005), com o término da guerra, a Europa passava por momentos de fragilidades no setor econômico, devido ao desemprego e a desorganização de sua economia, fato que impulsionou muitos europeus a migrarem para o Brasil, atraídos principalmente pela expansão e diversificação das indústrias, tendo em vista o desenvolvimento que ocorria no país naquele momento.

Nesse contexto, podemos afirmar que no Brasil existia a precariedade da estrutura educacional, mas com o desenvolvimento ocasionado pela industrialização e urbanização, surge cada vez mais a necessidade de uma mão de obra capacitada. De fato, o Brasil estava se desenvolvendo e muitos aspiravam por educação, para não mais se submeter ao trabalho braçal. Além disso,

a chegada de grandes contingentes de imigrantes estrangeiros, como vimos, portadores de uma educação mais aprimorada, elementar, profissional, e mesmo de nível secundário, passou a pressionar nossa precária estrutura de ensino, no sentido da sua melhoria. (LEMME, 2005. p.166)

A grosso modo, essas novas e diversas correntes imigratórias que entravam no Brasil traziam consigo culturas e ideologias próprias, das quais com suas influências

promoveram mudanças econômicas, culturais e educacionais. Conforme abordado por Ghiraldelli Júnior (1994, p. 18):

após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil passou a intensificar a diversificação de suas relações comerciais e financeiras [...] acopladas a essas mudanças na vida econômica do país, vieram as transformações culturais. A vida e o comportamento do cidadão norte-americano, através de filmes, imprensa, literatura, etc., começaram a se tornar o novo paradigma para boa parcela da intelectualidade brasileira. Essa influência também se estendeu ao campo educacional e pedagógico.

Nessa conjuntura é importante ressaltar que tais mudanças e influências alcançaram a esfera da educação, já que as exigências de um ensino mais eficiente tornavam-se indispensáveis para atender as necessidades do mercado industrial, que estava em ascensão no país, considerando, como já dito, o significativo aumento populacional atrelado à criação de novas categorias de empregados.

A partir disso, muitas discussões sobrevieram na busca por medidas que pudessem contemplar essas necessidades e efetivar a escolarização da população.

Vale salientar, que o Brasil apresentava um fator alarmante em relação à educação, uma vez que “75% ou mais de nossa população em idade escolar era analfabeta” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p. 17), o que nos remete à compreensão de que apesar de o Brasil ter se proclamado “República”, muitas coisas permaneciam como no Império, entre elas estava o ensino público, que ainda não aparecia como prioridade.

Esse fato foi decisivo para o descontentamento do povo em relação ao período vigente, surgindo, inclusive, entre alguns intelectuais a ideia da “republicanização da República”. “Era como se, após duas décadas de República, as promessas governamentais de criar um Brasil diferente daquele que existiu sob o Império não tivessem sido realizadas” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p. 17).

Isso provocou uma grande insatisfação na população, pois o sentimento de um ideal democrático tornou-se completamente frustrado, pois as promessas de um Brasil melhor tinham sido fracassadas, porque “ao perceber os prósperos centros de industrialização do Brasil e a crescente urbanização, o povo passou a anelar uma nova forma de vida, com carreiras de trabalho não braçal, dependendo para isto de certa escolarização” (BATISTA, 2015, p.18).

Segundo Cunha, (2010, p. 261): “ergueu-se a bandeira “Republicanizar a República”, que não era um brado nativo contra o estrangeiro, mas a aspiração por reconstruir, reorganizar, reformar o país por meio do Estado”. Tal reconstrução veio sustentada por essa bandeira com o ideário nacionalista que se desdobrava nas metas de “[...] democratização, de elevação intelectual e moral de amplas camadas da população, de formação da consciência cívico-patriótica” (NAGLE, 2001, p. 247) e consistia em atribuir ao Estado a missão de educar o povo, cultivando a sua nacionalidade.

Nesse período, as discussões em torno da importância da escolarização tinham sido elevadas ao patamar de uma promessa de reestruturação da população e de reconstrução de uma nação urbana que caminhava para uma industrialização, mas ainda almejando o modelo europeu.

A educação aparecia, nesse momento, como a grande promessa regeneradora do povo (abandonado no analfabetismo e na ignorância generalizada) e de construção da nação, agora urbana e caminhando para a industrialização. Não se admitia a formação de uma moderna nação (sempre tendo no horizonte o modelo europeu), sem que fosse equacionada a grande questão nacional que era a educação (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010. p. 221).

Ora, é nesse cenário de transformações que surgem novas classes sociais, sendo “uma burguesia comercial e industrial, uma classe de empresários rurais, uma classe média urbana e o proletariado industrial” (CARVALHO, 2009, p.3), de tal modo, compreende-se que as “continuidades de um velho regime são concomitantes às transformações que estão ocorrendo. Logo, a sociedade, ainda cativa do tradicionalismo, fica impedida de modernizar-se por completo” (BATISTA, 2015, p.14).

As propostas desenvolvidas na Primeira República apresentaram significativos vestígios do império, o que mostra claramente “características de uma sociedade ambígua, que mantinha uma postura inovadora, porém ao mesmo tempo mantenedora de velhos sistemas, preservando a herança elitista e dual que sempre esteve presente na história da educação brasileira” (BATISTA, 2015, p. 14).

Na prática, portanto, de pouco valeu a passagem do Império para República, duas formas doutrinariamente diversas de organização do Estado, bem como de pouco valeram as pregações dos propagandistas e idealizadores da República a respeito da instrução, pois com essa passagem, permaneceram os mesmos princípios adotados no regime anterior, especialmente o descaso com relação à educação popular, que foi o aclamado instrumento para tornar possível o sufrágio universal, fundamento do novo regime (NAGLE, 1976, p. 282).

Em alguns momentos na trajetória histórica educacional do país, é possível perceber que a educação foi articulada para contribuir com o desenvolvimento econômico e, em outros momentos, para a manutenção dos poderes políticos ou das classes dominantes, entretanto, em praticamente nenhuma ocasião, foi pensada como meio concreto de favorecer de modo geral e efetivo o povo brasileiro.

Assim, podemos observar como a educação, de uma forma ou de outra, torna-se instrumento de poder. Ora para servir aos interesses econômicos e de classe, ora para, de maneira estratégica, fomentar promessas junto à população.

O final da Primeira República marcou um momento de efervescência de ideias em torno da educação do país, fato que culminou a partir da precariedade da educação popular, considerando que as propostas para a universalidade, a obrigatoriedade e a gratuidade não se efetivaram, permanecendo como promessa.

É notório tratar-se de um período contraditório,

[...] pois concomitante às propostas de uma escola estatal para todos, existia o modelo vigente que dava ênfase à formação das elites, excluía negros do processo educacional, limitava o acesso à escola das classes desfavorecidas e mantinha vários privilégios. Esse elemento exacerbou problemas de outros setores da sociedade, como: revoltas populares, greves e reivindicações (BATISTA, 2015, p. 15).

Esses acontecimentos foram responsáveis por promover uma inquietação na população, fator que motivou discussões sobre a urgência da abertura de escolas e a intensidade em que a sociedade passou a refletir sobre a importância da educação.

Nagle (1976) explica que nessa conjuntura, a escolarização é tida como um dos elementos do subsistema cultural. Logo, deve ser analisada e julgada em conformidade com os demais elementos da cultura brasileira e com as condições da existência social que se definem com base nos setores político, econômico e social.

Essas questões reflexivas sobre a escolarização brasileira vão expressar-se em movimentos que depositavam na educação a esperança de solução para todos os problemas da sociedade e ansiavam a melhoria e/ou a ampliação do sistema educacional com base nas ideias que circulavam e nas agitações sociais do período.

[...] o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante

otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro (escolanovismo) (NAGLE, 1976, p.99).

Esse Entusiasmo pela Educação, surgido na última década da Primeira República, é reflexo das amplas discussões e frequentes reformas do ensino ocorridas nesse período, entre elas, constam as Reformas de: Sampaio Dória, em 1920 em São Paulo; Lourenço Filho realizada no Ceará, em 1923; Anísio Teixeira, ocorrida em 1925, na Bahia; Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais, nos anos de 1927; Fernando de Azevedo, 1928 no Distrito Federal; e Carneiro Leão, realizada no estado de Pernambuco, em 1928.

Segundo Ribeiro (1993, p. 94), todas essas reformas, “representava a tentativa de implantação da “escola primária integral”, que foi o resultado mais concreto desse movimento de “ideias novas”[...]”. Neste sentido, é importante compreender que as Reformas não atingiram o seu objetivo em decorrência das suas limitações, tendo em vista que além de serem regionais, eram restritas apenas ao ensino primário.

Segundo Nagle (1976, p.100), na escolarização, considerada como o motor da história, “se encontra a crença resultante daquele entusiasmo e otimismo, a forma mais acabada com que se procura responder aos desafios propostos pelas transformações sociais que ocorrem [...]”. Partindo desse pressuposto, apresenta-se como movimentação a favor da educação, na ampliação do acesso à escolarização e a qualificação, os Movimentos: o Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico.

Considera-se importante salientar a relevância desses movimentos, pois segundo Nagle (1976, p. 125):

o entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico, especialmente no final da Primeira República, caracterizam o período de tal maneira que a sociedade brasileira não pode ser adequadamente analisada sem considerar esses acontecimentos.

A Primeira República foi representada pela evolução das ideias pedagógicas através desses dois movimentos ideológicos desenvolvidos pelos intelectuais das classes dominantes da época.

O Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico “se alternaram em alguns momentos e se somaram durante a Primeira República” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p. 16). O primeiro surgiu nos anos de transição do Império para a República, ativamente entre 1887 a 1896, retornando posteriormente nos anos 1910 e 1920; o segundo emergiu a partir de um cenário de reorganização, devido ao advento da República e à elevada urbanização no país naquele momento.

Ambos foram fatores determinantes para o surgimento de novas necessidades para a sociedade, o que possibilitou que a escolarização surgisse como propósito desejado pelas famílias que queriam nas profissões dos seus filhos um caminho mais promissor (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003).

No entanto, diante de tantas mudanças no país, aumentou a necessidade real de ampliação escolar, a partir disso, a escolarização passou a ser desenvolvida com o objetivo de promover a desanalfabetização da população.

Figura 1: Grupo escolar na Primeira República.



Fonte: Senta que lá vem história.

Disponível em: <https://sentaquelavemhistoriasite.wordpress.com/2016/07/15/a-educacao-na-primeira-republica/>.

Após o seu primeiro surgimento entre 1887-1896, o Entusiasmo pela Educação retorna em um segundo momento de sua trajetória em um cenário de desilusão com a República, considerando que as promessas de um Brasil melhor haviam sido frustradas. Assim, conforme o objetivo proposto pelo movimento e a compreensão para erradicar o analfabetismo, requereu a abertura de escolas, acreditando que quanto mais instituições

escolares fossem abertas, mais as classes populares nelas seriam inseridas, gerando progresso nacional (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003).

Entretanto, essa expansão na educação promoveu um declínio na qualidade da instrução pública, uma vez que se tratava de um ensino aligeirado e simplista, provocando muitas críticas por parte dos educadores e intelectuais que queriam que a educação, além de alfabetizar, também fosse a via para formar os indivíduos para uma vida prática com possibilidades de propiciar uma mudança social.

Não era apenas a abertura de escolas que queríamos, mas, como diziam os livros que nos chegavam, era preciso também alterar nossa pedagogia, nossa arquitetura escolar, nossa relação ensino-aprendizagem, nossa forma de administrar as escolas e a educação em geral[...] (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p. 17).

Esse discurso permeou em uma parte da sociedade intelectual brasileira ainda na década de 1920. Com os Estados Unidos da América em ascendência mundial, os brasileiros passaram a ter muita estima pelo estilo de vida americano, conhecida mais tarde como *American way of life*.

Logo, o consumismo a tudo que se relacionava a América intensificou, inclusive as literaturas norte-americanas, que foram intensamente absorvidas pelos intelectuais que refletiam sobre a educação e influenciaram o movimento do Otimismo Pedagógico.

Foi a partir desse contexto que se promoveu esse segundo movimento, ocorrido exatamente posterior ao entusiasmo, em meados de 1920, que diferente do Entusiasmo pela Educação, tinha como finalidade a qualidade na educação e lutava por ideários que trariam melhorias e aperfeiçoamento no ensino, pois acreditava-se que seus métodos e conteúdos eram instrumentos de transformação para o novo homem brasileiro que surgiria, e por isso, evidenciava-se a necessidade da ampliação de escolas primárias, além do desenvolvimento na qualidade do ensino. Conforme abordado por Nagle (1976, p. 113-4):

nessa altura da discussão, o problema que se propõe não é, apenas, o de aumentar quantitativamente as unidades escolares do grau primário; na verdade, trata-se de pensar a escola primária muito mais como etapa fundamental de “formação” do que de “instrução”. Os novos padrões que se apresentam, se modelam a partir do pressuposto de que a escola primária é capaz de regenerar o homem brasileiro e, por esse caminho, regenerar a própria sociedade.

Ora, o Brasil estava em plena industrialização e urbanização, e em crescente desigualdade econômica, considerando os milhares de ex-escravos sem instrução e sem teto que ocupavam as diversas periferias do país, além dos inúmeros imigrantes que chegaram ao Brasil. Tais fatores enfraqueciam o pertencimento dos brasileiros ao país que já não era mais colônia. Absorvidos por tantas culturas, surge a necessidade dessa regeneração social a partir da educação, com o intuito de consolidar o nacionalismo e promover uma autonomia econômica para retomar posições que estavam sendo conquistadas pelos imigrantes.

Assim, as reformas educacionais indicadas pelas literaturas norte-americanas, tão consumidas pelos intelectuais do período, eram fundamentais, pois, se a transformação precisava ocorrer, deveria ser pelo caminho mais moderno para regenerar a sociedade, conforme o ideário do período. Seguindo essa visão, substanciaram-se condições sociais e pedagógicas para se repensar a escolarização, abrindo-se espaços favoráveis para o desenvolvimento de ideias e reformas no campo da educação.

2.1.1. Criação da Associação Brasileira de Educação (ABE): modificações no cenário educacional.

O Período da Primeira República gerou inúmeros desapontamentos ao povo brasileiro, pois as “transformações políticas, econômicas e culturais, a centralização do poder, a desigualdade social, entre outros fatores, contribuiu para uma extrema crise no período” (BATISTA, 2015, p. 22).

Diante dessa conjuntura, a sociedade definiu a educação como fator principal para impulsionar o desenvolvimento do Brasil e criou-se uma expectativa na escolarização como meio mais apropriado para resolver todos os problemas do país. Motivados pelo Entusiasmo Educacional, acreditava-se que apenas erradicando o analfabetismo o Brasil poderia ter progresso.

Nesse sentido, além do Entusiasmo Educacional e do Otimismo Pedagógico “devem ser acrescentados outros acontecimentos e iniciativas, cuja função foi a de enriquecer e sustentar a cruzada a favor da escolarização” (NAGLE, 1976, p. 122).

Entre essas iniciativas, merece ser enfatizada a Associação Brasileira de Educação (ABE), considerada a “principal instância de articulação e propaganda do

chamado movimento de renovação educacional, que se desenrolou no Brasil nos anos 20 e 30” (CARVALHO, 1997, p.115).

Assim, um grupo de intelectuais inconformados com o atual contexto do país e convictos de que a solução imediata para os problemas advindos da República era a educação, “decidiram organizar uma ampla campanha pela causa educacional, propondo políticas, constituindo objetos e estratégias de intervenção”, credenciando-se a executores “dos quadros intelectuais e técnicos de formulação” (CARVALHO, 1997, p.115).

Dessa maneira, fundaram na escola Politécnica do Rio de Janeiro, a ABE, que a partir das suas iniciativas em promover debates, cursos, e, em especial, as Conferências Nacionais de Educação, constituía-se, sem dúvidas, na principal instância em que se gestaram as políticas educacionais que se desencadearam a partir 1930, período que se iniciou a Segunda República.

Tendo em vista a pertinência das suas contribuições para a esfera educacional da época, Nagle (1976, p. 123) afirma que a ABE “representou a primeira e mais ampla forma de institucionalizar a discussão dos problemas da escolarização em âmbito nacional”, pois além de promover o encontro de educadores com as mais significativas personalidades, como: políticos, intelectuais e jornalistas com o desígnio de discutir sobre a educação. Suas iniciativas ampliaram a preocupação com os problemas da educação e sistematizaram os pensamentos e ideais a respeito desse tema.

Conforme a Revista do Brasil (1926, apud NAGLE, 1976, p.123), a Associação buscava desempenhar o seu lema, proposto com a seguinte frase: “ao cabo de um século de independência sente-se que há apenas habitantes no Brasil. Transformar esses habitantes em povo é o programa da Associação Brasileira de Educação”. Sob essa luz, fica novamente “elucidada a perspectiva salvadora que foi depositada na educação” (BATISTA, 2015, p. 23), assim, os debates sobre a escolarização se disseminam por diversos ambientes do Brasil nas décadas 1920 e 1930.

Como mencionado, de acordo com a percepção dos criadores da ABE, a disseminação da educação era fundamental para realizar o sonho de uma nação próspera. Refletindo sobre esse entusiasmo pela educação, Carvalho (2009) elucida que a ausência de instrução vigente na sociedade brasileira era determinada como causa de todos os problemas, portanto a educação do povo era considerada a base organizacional da sociedade e a sua propagação era a solução para os problemas sociais, econômicos e

políticos. Assim, com a intenção de multiplicar essas ideias, inicia-se a batalha por criação de departamentos estaduais da ABE.

Segundo Nagle (1976), as principais iniciativas da Associação Brasileira de Educação para a propagação de suas ideias foram as três Conferências Nacionais de Educação, que tratavam de questões relacionadas à obrigatoriedade, laicidade e gratuidade do ensino, além do estabelecimento de um Plano Nacional de Educação (RANGHETTI, 2008), ocorridas no final da Primeira República.

A primeira Conferência, realizada em dezembro de 1927, em Curitiba, foram 8 comissões, de diferentes setores da educação para estudar 113 teses, todavia, dessas, 4 foram as oficiais, de cujos assuntos em pauta tratavam da Unidade Nacional; a uniformização do ensino primário, nas suas ideias capitais, mantida a liberdade de programas; a criação de Escolas Normais Superiores, em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico; e a organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamentos técnicos, científico e literário.

Figura 2: Participantes da 1ª Conferência Nacional de Educação.



Fonte: Portal Brasileira fotográfica.
Disponível em: brasilianafotografica.bn.br/brasiliana.

Em novembro de 1928, realizava-se a segunda Conferência Nacional de Educação, com os seguintes temas oficiais: educação agrícola; educação política; educação sanitária; educação doméstica; uniformização do ensino normal; organização do ensino secundário; e revisão dos compêndios nacionais de ensino primário.

A terceira Conferência Nacional realizou-se no ano de 1929, em São Paulo. As teses oficiais referiam-se à real finalidade do ensino secundário; vantagens do ensino

secundário universal; ensino secundário uniforme e técnico; currículo do ensino secundário; exame de madureza; defeitos da legislação vigente do período; os liceus nacionais de cursos secundários; e as escolas normais, secundárias e superiores.

Nagle (1976, p.124) explica que “o programa preliminar continha, exclusivamente, temas sobre a escola secundária”, entretanto, o autor esclarece que houve modificação nesse temário, incluindo temas ligados ao “ensino primário, ensino profissional, educação sanitária, escola ativa e organização universitária”.

Dentre várias conferências realizadas pela ABE, as acima citadas, obtiveram mais evidência, haja vista que as discussões foram fundamentadas a partir das ideologias defendidas pelos reformadores (a obrigatoriedade e gratuidade de ensino, a co-educação, a laicidade e o Plano Nacional da Educação) frutos de debates essenciais para idealizar a redação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional, contrapondo as ideias dos representantes da igreja católica, “que viam na interferência do estado um perigo de monopólio e na laicidade e co-educação, uma afronta aos princípios da educação católica” (ROMANELLI, 1987, p.130).

Encarados os fatos à distância, no tempo, é impossível perceber que, subjacentes aos objetivos explícitos dessa luta, estavam, na verdade, os objetivos implícitos, que consubstanciavam o verdadeiro sentido do movimento. A reafirmação dos princípios e valores da educação confessional significa, em realidade, a determinação dos grandes grupos, que até então vinham monopolizando o ensino, de impedir, a todo custo, a perda desse monopólio que a ação do estado naturalmente haveria de acarretar (ROMANELLI, 1987, p.130).

Existia uma preocupação eminente acerca da emancipação da população a partir do conhecimento educacional, conforme o enunciado acima, a educação era dúbia, pois possibilitava a autonomia promovida pelo conhecimento adquirido, bem como poderia ser promovida com a intencionalidade de disciplinar e hierarquizar a população, conforme explica Carvalho (1997):

a amorfia atribuída ao povo brasileiro não dimensiona, apenas, o papel diretor atribuído a *elites*, mas, com ele, o próprio espaço delineado para a ação educacional. Obra de moldagem, a educação era o instrumento com que contavam tais elites para unificar, disciplinar, moralizar, homogeneizar e hierarquizar as populações brasileiras, com vista à efetivação de um particular projeto de sociedade (CARVALHO, 1997, p.126-127).

Entre as questões educacionais difundidas através das iniciativas supracitadas, a campanha cívica, também fez parte dos objetivos da ABE. Fica explícito que a preocupação não era apenas que a população assimilasse os conteúdos, pois influência escolar representava um instrumento capaz de enfrentar a insatisfação e acalmar as agitações sociais do período.

Refletindo sobre sua trajetória, considerando as reivindicações e modificações no ensino, a ABE se destacou por sua importância fundamental na ampliação de novas ideias educacionais e de debates que se difundiram em um espaço mais extenso da sociedade, saindo do domínio restrito do estado.

Algumas dessas ideias discutidas através da ABE, se incorporaram na prática e direcionaram as mudanças educacionais que ocorreram no final da década de 1920, mas principalmente nos anos iniciais da “Era Vargas” (1930-1945).

2.2. PREMISSAS HISTÓRICAS: ERA VARGAS (1930 – 1937)

Inicia-se no Brasil uma nova fase, que se denominou como a Revolução de 1930, período também conhecido como a “Era Vargas”, que se estabeleceu a partir de 1930, se estendendo até 1945.

Esse estudo se deterá ao início dessa Revolução, concluindo-se em 1937 com a implantação do Estado Novo, período marcado por ambiguidade, considerando que parte da historiografia percebe em Getúlio Vargas um ditador autoritário e manipulador.

Concomitantemente, a outra parte o interpreta como um líder populista, denominado como “pai dos pobres”, percebendo-se que em seu governo inúmeras transformações aconteciam nos diversos setores da sociedade, obrigando-o a decisões políticas aparentemente favoráveis à população, quando na verdade contemplavam os interesses dos que estavam no poder. Nesse sentido, compreende-se a ambiguidade política das suas decisões, comportando-se como todo líder populista, encantando as massas ao tempo em que correspondia aos interesses dos dominantes.

Nesse período, o campo educacional também enfrentou modificações que favoreceram o advento de um sistema de ensino melhor articulado. Uma referência nesse processo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, “que nos dois primeiros anos de existência outorgou vários decretos que foram nomeados “Reforma de Francisco Campos” e que deu ao ensino um caráter nacional” (BATISTA, 2015, p.

25). Ainda no âmbito educacional, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 teria sido o marco na história da educação brasileira.

Outro grande avanço no âmbito educacional foi a iniciativa do grupo de educadores e intelectuais comprometidos com o movimento renovador que decidiram reunir suas ideias em um manifesto ao governo e ao povo, denominado a “Reconstrução Educacional no Brasil”, que se popularizou como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” e influenciou diretamente no texto constitucional de 1934 (BATISTA, 20115, p.25).

A Carta Magna de 1934 designa um ensino obrigatório, gratuito, democrático e acessível a todos, entretanto, com o golpe de 1937, quando o governo de Vargas passa a ser ditatorial, é promulgada outra Constituição, feita de maneira autoritária, por um único homem, Francisco Campos, promovendo um retrocesso aos ideais democráticos no âmbito da educação, constituídos na Lei maior de 1934.

2.2.1. Cenário político, social e educacional

No período da Primeira República, os estados de São Paulo e Minas Gerais mantinham a supremacia nos setores da economia e da política, logo as sucessões presidenciais eram definidas pelos políticos desses estados.

Em 1929, esperava-se que a candidatura para a presidência da República fosse de um político mineiro, já que o então presidente consolidara a carreira política no estado de São Paulo. No entanto, Washington Luís, presidente em exercício, apoiou a candidatura do paulista Júlio Prestes para a sua sucessão, descontentando a oligarquia mineira.

Além disso, outros fatores possibilitaram a implantação da segunda fase da República, suscitada pela ocorrência de um movimento político, denominado Revolução de 1930, que se constituiu em um momento de tensão no mercado mundial. A fragilidade da economia nacional e a insatisfação de uma parte da população fomentaram a vulnerabilidade do regime oligárquico.

Basbaum (1976, p.250) elucida que “a crise brasileira que antecedeu e provocou diretamente a Revolução de 30 não foi um caso isolado no mundo, foi ao contrário, parcialmente, um reflexo direto da grande crise mundial que avassalou o mundo nos anos 1929 e 30”.

A quebra da bolsa de Nova Iorque foi também um dos fatores que teve maior evidência, tendo originado um impacto negativo na exportação de café, principal produto para economia brasileira do período, acarretando na suspensão de entrada de capital no Brasil e na redução de vendas pelos países europeus e Estados Unidos, afetando drasticamente a economia do país.

Nesse período a dívida externa do Brasil era muito alta, uma vez que em meio à crise no início de 1920, “o país comprava os excedentes tendo como subsídio os créditos adquiridos no exterior, aumentando de forma interminável sua dívida” (BATISTA, 2015, p.26). Logo, o capitalismo americano envolveu consigo todos os países capitalistas, produzindo um evidente declínio no regime capitalista, além de crise no mercado. No Brasil, a reestruturação da economia adveio pelo crescente desenvolvimento do mercado interno e pelo acúmulo inicial de recurso, o que possibilitou a consolidação industrial em plena crise.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder através da Revolução de 30, iniciou-se o primeiro momento da “Era Vargas”, um governo provisório que se estendeu até 1937 quando passou a ser o “Estado Novo”, através do golpe de Estado pelo qual Vargas permaneceu no poder como ditador.

Ghiraldelli Júnior divide a “Era Vargas” em três períodos:

Getúlio Vargas no poder como membro importante do governo revolucionário pós-outubro de 1930 (o ‘governo provisório’); Getúlio Vargas no poder após a promulgação da Constituição de 1934; Getúlio Vargas no poder após o golpe de 1937, no qual ele permaneceu, então, como ditador, à frente do que chamou de ‘Estado Novo’, cujo fim se deu em 1945 (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p.27).

No decorrer da “Era Vargas”, sobretudo na década de 1930, o Brasil conseguiu manter-se em crescimento no setor industrial, e apesar de todas as situações contrárias, o país passou a enfrentar a crise, buscando meios eficientes para resolvê-la. Para compreender melhor esse crescimento em plena crise, Romanelli (1986) explica:

no entanto, ele conseguiu emergir da crise, utilizando amplamente seus próprios recursos, como afirmam Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado. Esses recursos lhe vinham de dois fatores importantes: a acumulação primitiva de capital e ampliação crescente do mercado interno, fatores que possibilitaram a arrancada do Brasil para seu desenvolvimento industrial, em plena crise. [...] A economia brasileira reagiu de forma dinâmica aos efeitos da crise: o crescimento do mercado interno e a queda das exportações implicaram a transferência da renda de um para outro setor. Essa

transferência se fez do setor tradicional para o moderno, ou seja, da área agrícola para a industrial (ROMANELLI, 1986, p.48).

Essa transferência de renda para a área industrial promoveu a expansão do êxodo rural, originando um acentuado processo de urbanização, desse modo os imigrantes com diferentes interesses dos da zona rural, passaram a ocupar a zona urbana constituída, fazendo com que o número de operários urbanos tivesse um notório aumento (ROMANELLI, 1986).

O crescimento urbano industrial acrescido com o resultado do entusiasmo da educação iniciado na década de 20 conduziu o desejo e a necessidade do desenvolvimento pedagógico; a população passou a perceber na educação uma possibilidade de conquistar funções de evidência na sociedade e de se ver livre do trabalho braçal. De acordo com Ghiraldelli Júnior (2003, p. 28):

sabemos que quanto mais urbano se torna um país, mais os setores de serviços crescem, menos as pessoas querem se submeter ao trabalho braçal e, então, mais os setores médios, ou os aspirantes a tal, querem educação, escolas; pois esses setores querem se adaptar a uma situação que eles prevêm que venha a ocorrer, e que desejam ver ocorrer, se não com a geração que está no trabalho, ao menos com seus filhos: que eles possam vir a trabalhar fora do campo do “serviço físico bruto”.

Ora, “havia no arcabouço das ideologias do momento a crença na educação como um meio eficaz de ascensão social, a luta por mais educação era na verdade um anseio de uma vida melhor, com melhores posições no mercado de trabalho” (BATISTA, 2015, p.28).

De tal modo, as alterações que ocorreriam no ensino, por certo trariam melhores condições no trabalho, pois muitos se afastariam do trabalho braçal, entretanto não resultariam em uma igualdade de oportunidade na educação, considerando o dualismo instituído entre os ensinos profissional e secundário.

Nesse contexto elucidado até aqui, Vargas adota como primeiras medidas do governo provisório (1930-1934) métodos populistas, empenhando-se para atender aos interesses de todos os setores. Batista (2015, p. 28) explica quais foram tais métodos:

compra café para aliviar a crise do setor cafeeiro, cria as leis trabalhistas que beneficia aos trabalhadores, apoia a indústria e demonstra que está atento ao desejo de escolarização da sociedade, na medida em que coloca a educação em evidência no plano de dezessete pontos para a “reconstrução nacional” publicado em 3 de novembro de 1930.

Desse modo, é visto que Getúlio Vargas não ficou desatento aos anseios da população sobre a desejável situação da escolarização, tendo em vista a reformulação de um plano para a reconstrução nacional, que previa e foi posto em prática, a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública. Trata-se de um “órgão importante para o planejamento das reformas em âmbito nacional e para estruturação da universidade” (ARANHA, 2006, p. 305), além de ter sido um fator inicial para mudanças determinantes na educação.

O Ministério passou por três gestões entre 1930 a 1945: Francisco Luís da Silva Campos (1930-1932), Washington Ferreira Brito (1932-1934) e Gustavo Capanema (1934-1945). Durante essas gestões, foram promulgados decretos-lei que se consubstanciaram na “Reforma Francisco Campos” e na “Reforma Capanema”. Para Torrezan (2009) essas reformas do ensino foram as ações mais significativas do Ministério de Educação e Saúde Pública, considerando o caráter nacional que tiveram e a regulamentação de várias profissões.

No decorrer dos dois primeiros anos do novo ministério, o qual foi instituído com amplos poderes e com total controle sobre os planejamentos das reformas educacionais, Francisco Campos, cuja atuação já era conhecida no estado de Minas Gerais, foi nomeado para o cargo de ministro da educação e saúde. “Adepto à Escola Nova, imprimiu orientações renovadoras nos diversos decretos de 1931 e 1932, embora, por ser um conciliador, tivesse atendido também a interesses que não correspondiam aos anseios dos escolanovistas” (ARANHA, 2006, p.305).

Uma das suas primeiras realizações foi a implementação da tão conhecida “Reforma Francisco Campos”, que tinha como foco o ensino superior e médio, a mesma foi efetivada através de uma série de decretos. Sendo eles:

1. Decreto nº 19.850 – de 11 de abril de 1931:
Cria o Conselho Nacional de Educação;
2. Decreto nº 19.851 – de 11 de abril de 1931:
Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
3. Decreto nº 19.852 – de 11 de abril de 1931:
Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
4. Decreto nº 19.890 – de 18 de abril de 1931:
Dispõe sobre a organização do ensino secundário;
5. Decreto nº 20.158 – de 30 de junho de 1931:
Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
6. Decreto nº 21.241 – de 14 de abril de 1932:
Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.
(ROMANELLI, 1986, p. 131)

Sobre a “Reforma de Francisco Campos”, Romanelli (1986, p.131) afirma que “era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, [...] imposta a todo território nacional. Era, pois, o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à Educação”. Entretanto, no ideário desta reforma deixava-se elucidado o intenso interesse e priorização da formação das elites.

Segundo Aranha (2006, p. 305), os decretos que efetivaram a Reforma Francisco Campos, além dos que dispunham o regime universitário, trataram diretamente sobre a universidade do Rio de Janeiro do Conselho Nacional da Educação, do ensino secundário e do comercial.

Entre as modificações a partir da Reforma, para o ensino secundário, pode-se citar a determinação definitiva do currículo seriado, a frequência obrigatória, a divisão do ensino em dois ciclos, sendo um fundamental e o outro complementar, e a obrigatoriedade da habilitação nessas etapas para o ingresso no ensino superior. É inegável que realmente existiu uma reforma nessa categoria e que se atribui o mérito para uma organicidade no ensino secundário, todavia, contrapondo alguns aspectos positivos, Romanelli (1986, p. 136-7) ressalta:

de fato, para um contexto social que começava a despertar para os problemas do desenvolvimento e da educação, numa sociedade cuja maioria vivia na zona rural e era analfabeta e numa época em que a população da zona urbana ainda não era totalmente atingida, nem sequer pela educação primária, pode-se imaginar a camada social para a qual havia sido elaborado um currículo assim tão vasto.[...] aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema.

O que tange ao Ensino Superior, torna-se pertinente mencionar que “o Governo reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro incorporando-lhe, [...] a Escola de Minas Gerais, as Faculdades de Farmácia e Odontologia, a Escola de Bela Artes, o Instituto Nacional de Música e de Educação” (ROMANELLI, 1986, p. 132).

Entretanto, tais mudanças não tiveram êxito imediato, apesar da reorganização na Universidade do Rio de Janeiro, pois apenas em 1934 foi fundada a Universidade de São Paulo, criada segundo as normas do decreto, além de possuir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, objetivando a formação dos docentes para o magistério secundário.

Além desses feitos no âmbito educacional, o governo também buscou envolvimento na esfera dos debates de ideias pedagógicas, Ghiraldelli Júnior (2003, p. 30-1), esclarece que:

na época, tínhamos a Associação Brasileira da Educação (ABE), nascida em 1924 e que fazia congressos concorridos. Na IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE em 1931, o tema era “As grandes diretrizes da educação popular”. Vargas e o ministro Francisco Campos estiveram presentes e discursaram convocando os educadores para definirem o “sentido pedagógico da revolução”.

Destaca-se a importância da presença de Vargas na Conferência, tomando que seu envolvimento com a ABE fortalecia ainda mais o seu governo populista e traduzia um notório intuito de atender os anseios da sociedade na esfera da educação. No entanto, os resultados e as transformações não sobrevieram de imediato como almejava o povo.

Portanto, através dessas Conferências realizadas pela ABE, alguns intelectuais, sendo a maioria participantes ativos nas reformas estaduais dos anos 1920, assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que com caráter inteiramente renovador discorria sobre os propósitos da educação e os seus valores, além de denunciar as falhas do sistema educacional do país.

Em 1932, mesmo considerando que as ações promovidas por Vargas tenham agradado ao povo, a sociedade reagiu aos rumos tomados por ele no cenário político, “assim, insurgiu a Revolução Constitucionalista de 1932, também conhecida como guerra paulista, que era contrária ao novo quadro político instaurado no país após a revolução de 1930” (BATISTA, 2015, p. 29).

Foram nomeados novos representantes no poder, com a alegação de extinguir a hegemonia da política café-com-leite e esses mesmos determinaram abolir o Congresso Nacional e os deputados das Assembleias Estaduais, instituindo delegados e interventores no lugar das antigas personalidades políticas.

Deste modo, essa visível perda de espaço político sofrido pelos paulistas foi o necessário para desencadear um clima de hostilidade ao governo Vargas, e o impulso para incitarem mobilizações e conflitos armados na busca de se restituírem no cenário político, até então controlado por Vargas.

Os integrantes desse movimento, nomeado como “Revolução Constitucionalista”, também conhecido por guerra paulista, tinham como finalidade a

construção de uma nova constituição para o Brasil, pois defendiam a instauração de uma ampla democracia, entretanto, Ribeiro (1993, p. 106) elucida que “o motivo mais sério estava na intenção da elite paulista de voltar ao poder”.

Em novembro de 1932, como decorrência direta da Revolução Constitucionalista, “Getúlio Vargas designou uma comissão para a elaboração do anteprojeto de Constituição, a ser apresentado pelo governo provisório à Assembleia Nacional Constituinte, que deveria ser eleita em 03 de maio de 1933” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, P.74). Conforme mostra a figura 3:

FIGURA 3:Membros da Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição de 1934(09/11/1932).



Fonte: Portal Brasileira fotográfica.
Disponível em: brasilianafotografica.bn.br/brasileana.

Assim, a Constituição de 1934 efetivou-se trazendo uma expectativa de esperança de mudança para a sociedade brasileira, considerando que essa apresentava aspecto de democracia e garantia de direitos. No âmbito da educação, ficou evidente a influência direta do grupo dos Pioneiros, declarando-a como direito de todos, e dever do estado, bem como a sua gratuidade. Logo, salienta-se a importância desse aspecto democrático conquistado pelos signatários do Manifesto, tendo em vista o grande avanço social e educacional que resultaram em inovações que até então não tinham sido contempladas nas constituições anteriores.

Simultâneo à estruturação da constituição, Getúlio Vargas se elege presidente da República com mandato vigente até 1938, quando ocorreriam novas eleições.

Entretanto, em 1937, Vargas teve conhecimento de uma suposta trama para tirá-lo do poder. Como esclarece Batista (2015, p. 30):

todavia em 1937 houve uma denúncia de que os comunistas estavam tramando para tomar o poder do Brasil, assim, Vargas sabendo que os comunistas eram mal-vistos pela sociedade, colocou o país em alerta, afirmando a iminência de uma instabilidade política. Desse modo, houve uma grande comoção por parte da população e com isso o presidente conquistou o apoio dos militares e teve abertura para declarar o início de uma ditadura, supostamente capaz de parar os comunistas.

Esse primeiro período ditatorial brasileiro foi intitulado “Estado Novo”, perdurando até 1945. Como ditador, Vargas, de imediato, apresentou uma nova Constituição, na qual canalizava todo o poder em suas mãos. Esclarecendo isso, Piletti (1990, p. 88) aborda que:

Com a nova Constituição o presidente tornou-se a “autoridade suprema do Estado, que coordena os órgãos representativos de graus superiores, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do país” (art.73). Visando a um controle ditatorial sobre a sociedade, a Carta de 1937 introduziu outras modificações: atribuiu ao presidente a competência para dissolver o Congresso, expedir decretos-leis e nomear interventores para os Estados; extinguiu os partidos políticos; aboliu a liberdade de imprensa e instituiu a censura prévia; estabeleceu a pena de morte; prorrogou o mandato presidencial “até a realização do plebiscito”, que nunca se concretizou.

O princípio absolutista da nova Constituição suscitou inúmeras modificações negativas na esfera educacional, como afirma Ghiraldelli Júnior (2003, p. 82): “quanto à educação, a carta de 1937 inverteu as tendências democratizantes da Carta de 1934”, ainda nas palavras do autor, as deleções da carta de 1937 dizem muito sobre o contexto da época, pois essa Constituição foi estabelecida para reprimir o progresso democrático que o Brasil experienciava.

Ainda nessa estrutura, o então ministro Gustavo Capanema implementou uma disposição legal organizado em um conjunto de decretos-lei denominados de “Leis Orgânicas do Ensino”, também chamadas de “Reforma Capanema”, que tencionava a uniformização do sistema nacional de educação e a adequação desse às modificações econômicas e sociais que o país enfrentava, sendo também “uma reforma que mais uma vez favoreceu a formação das elites e contribuiu para o praticamente inalterável

dualismo educacional, ou seja, uma educação para as classes dominantes e outro tipo de educação para as classes dominadas” (BATISTA, 2015, p. 31).

Com indicativos de uma política centralizadora, autoritária e elitista a Reforma Capanema, assim como a de Francisco Campos, também era representação do movimento renovador que buscava ressaltar a importância da educação.

Compreende-se que o anseio popular discutido pela ABE e traduzida por meio do Manifesto dos Pioneiros resultou em alguns efeitos, visto que políticas foram desenvolvidas almejando a reestruturação educacional, entretanto a educação do Brasil distanciava-se muito da idealização do ensino público, obrigatório, laico e igual para todos.

Portanto, estudar o contexto político, social e econômico em que se estabeleceu a “Era Vargas”, é de suma importância para que se compreendam as permanências e as transformações educacionais desse período.

2.2.2. Escola nova e Otimismo Pedagógico.

O escolanovismo não faz alusão a um único padrão de escola, todavia refere-se a um conjunto de ideias contrárias ao ensino tradicional vigente entre os séculos XIX e XX. Sobre isso, Aranha (2006, p. 246) ressalta que “o escolanovismo resultou na tentativa de superar a escola tradicional, excessivamente rígida, magistrocêntrica e voltada para a memorização dos conteúdos”.

O ideário da Escola Nova nasceu na Europa e teve muita evidência na primeira metade do século XX na América e no Brasil, tendo em vista que se tratava de um movimento de revolução de ensino. “Os primeiros grandes inspiradores da Escola Nova foram os escritores Jean Jacques Rousseau, Heinrich Pestalozzi, Friedrich Froebel e John Dewey” (LUSTOSA JÚNIOR, 2018, p. 2).

No território brasileiro, inúmeros intelectuais e educadores tiveram evidência, sobretudo posterior a difusão do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

No Brasil, o ideário ampliou-se, sob os significativos impactos decorrentes das modificações políticas, sociais e econômicas, os quais propunham uma educação como fator fundamental para a constituição de uma sociedade democrática, que estima as diversidades, respeitando a especificidade do indivíduo.

No bojo de tais modificações, salienta-se lembrar que o filósofo e educador americano John Dewey (1859-1952) foi o primeiro a estabelecer a nova teoria educacional e afirma que a “Escola Nova deve dar-se pela ação e não pela instrução. [...] essa concepção tem que ser uma experiência concreta, ativa e produtiva em cada um” (GADOTTI, 1996, p. 143).

Para Lustosa Júnior (2018, p.2), “esse movimento educacional surgiu para propor novos caminhos à uma educação que a muitos parecia em descompasso com o mundo das ciências e das tecnologias, que era o marco inovador da época. ” Os educadores, considerando esse cenário de progressos científicos, buscaram inserir ideias e métodos que concedessem ao indivíduo um processo de ensino mais realizador, a partir de uma educação pautada e integrada à democracia, possibilitando que esse sujeito se tornasse um cidadão democrático e atuante na sociedade.

Refletindo sobre o panorama histórico brasileiro, ressalta-se duas importantes fases que apresentam a penetração das ideias escolanovistas no Brasil: a primeira ocorreu no fim do período imperial, quando surgem as primeiras reflexões e pensamentos relacionados aos princípios abordados pelo movimento da Escola Nova, ação que possibilitou a preparação para a sua intensa e ampla difusão em sua segunda fase.

Torna-se pertinente saber que nesse momento o Brasil não apresentava possibilidades, na educação tão pouco na sociedade, que incitassem o avanço de compreender a nova maneira de perceber a escolarização. Sobre isso, Nagle explica que:

pode-se dizer, finalmente, que até por volta de 1920 existia um sólido padrão de pensamento e de realização educacional que se esgotava no ideário cívico-patriótico da educação popular, questão de natureza mais política que pedagógica. Além disso, não havia insatisfação quanto à escola existente, [...] não havia clima social propício ao desenvolvimento das novas ideias ou às transformações institucionais que resultavam de um novo ideário (NAGLE, 1976, p. 240).

Assim, nesse momento só é possível perceber traços de um movimento liberal, o que se configura como fase preparatória. Esse movimento só alcança força e entusiasmo em 1920, período denominado como segunda fase do escolanovismo no Brasil, considerando a sua propagação concomitante as suas realizações, pois “ao mesmo tempo que se difundem as novas ideias e aparece a nova literatura, se processa a

infiltração do escolanovismo no movimento reformista da instrução pública” (NAGLE, 1976, p.241).

Logo, pela primeira vez, considera-se a possibilidade de uma mudança na organização do ensino público, delineado como um movimento reformista e remodelador, ponderando que no Brasil existiu a simultaneidade entre a teorização, ou seja, a proliferação das ideias, e as modificações institucionais vinculadas nesse ideário vigente.

Nessa conjuntura, a concepção educacional que conduzia o exercício pedagógico era organizado pela pedagogia de Herbart², relacionada à pedagogia jesuítica, norteadas pelas teorias do *Ratio Studiorum*³, “como também o ideário libertário anarquista posto em prática na experiência das escolas modernas e, de modo mais intenso, o escolanovismo, literatura pedagógica norte-americana que vai influenciar o *otimismo pedagógico*”(CARVALHO, 2009, p, 8).

Nagle (1976) explica que o movimento da Escola Nova configura o principal núcleo do otimismo pedagógico nos anos 1920, pois aparece como uma nova etapa do avanço ou aprimoramento das ideias e práticas educacionais. Nessa perspectiva de transformações qualitativas, a escolarização integrava mudanças de concepções e julgamentos, dando ao povo brasileiro a sensação de que o país estava acompanhando a evolução das outras nações no âmbito educacional.

Dado o exposto, é importante ressaltar a relação entre liberalismo e escolanovismo, pois torna-se notória a sua influência no movimento da Escola Nova, conforme elucida Nagle (1976):

do ponto de vista histórico, [...] o liberalismo trouxe consigo não só a mensagem como a instrumentação institucional de remodelação da ordem político-social. Significou a quebra dos velhos quadros opressores do desenvolvimento da personalidade humana, a ruptura do sistema de obstáculos que impedia o desenvolvimento harmônico da sociedade humana. [...]. Dessa forma, não surpreende observar que o enraizamento da Escola Nova se tenha processado pouco depois do triunfo das ideias liberais; na verdade, o escolanovismo representou, ortodoxamente, o liberalismo no setor da escolarização (NAGLE, 1976, p. 242).

²Johann Friedrich Herbart foi um filósofo, psicólogo, pedagogo, alemão, criador da pedagogia como disciplina acadêmica. O método de ensino herbartiano foi estabelecido em cinco passos para a excelência no aprendizado: preparação, apresentação, assimilação, generalização e aplicação.

³ “O *Ratio Studiorum*” era um livro com a organização do ensino e o plano de estudos da Companhia de Jesus, publicado em 1599 [...]. “O livro determinava uma disciplina rígida, o cultivo da atenção, da perseverança” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p.18).

Ora, o escolanovismo contemplava a centralidade do sujeito no processo de ensino-aprendizagem, apreciava a observação e a percepção na construção do aprendizado do aluno, como também preconizava um ensino apenas mediado pelo professor, que é agente facilitador desse processo no qual a criança adquiriria conhecimento através da relação concreta com os objetos e os fatos ao seu redor, despertando o interesse e promovendo a curiosidade do aluno, bem como apreciando sua iniciativa e originalidade.

Diferentemente a esse movimento, no ensino tradicional, o sujeito era instruído a absorver a transmissão do saber sem questionar, tendo em vista que no processo de ensino-aprendizagem o professor era o detentor do conhecimento e um modelo a ser seguido. Lustosa Júnior (2018, p. 1) elucida que:

O movimento da Escola Nova, em todo o mundo ocidental, deixou legados e legatários, surgindo para propor novos caminhos de uma reconstrução educacional que atendessem às necessidades vigentes da época, assumindo assim uma visão mais social e mais humana em busca da formação natural e integral dos indivíduos.

Esse movimento representou um processo que trouxe modificações significativas para as instituições escolares, propiciou uma análise crítica a partir das problemáticas educacionais, tendo evidência em 1920, permanecendo com sua importância nos anos que viriam, e permanecendo cada vez mais forte a influência para o Manifesto dos Pioneiros em 1932.

3 O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

A Revolução de 1930 foi um acontecimento histórico que contribuiu para as inúmeras discussões intelectuais em todas as esferas da sociedade. No âmbito da educação, todo esse debate ideológico já vinha adquirindo espaço na sociedade desde os anos 1920 “quando a Associação Brasileira da Educação acreditando ser possível a reforma da sociedade através da educação, sistematizou discussões da escolarização em âmbito nacional, através de congressos e conferências” (BATISTA, 2015, p. 31).

Em relação a ABE, é possível afirmar que o feito mais significativo em toda a sua atuação desde de 1924, em sua criação, foi quando em 1932 redigiu-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que segundo Ghiraldelli Júnior (2003, p. 31), “se tornou um clássico na literatura pedagógica da história e filosofia da educação brasileira”.

No decorrer do processo de transição para a segunda república, o descaso na educação enfrentada pela sociedade era evidenciado pelos intelectuais durante os enfrentamentos de ideias existentes nas conferências nacionais sobre a educação, promovidas pela ABE.

Ocorria um intenso debate acerca da educação, a respeito da sua democratização a partir de um ensino público e leigo, entretanto, a consonância de conceitos e princípios nem sempre era possível, considerando os diferentes grupos e ideologias existentes, boa parte deles defendia o conservadorismo, entre eles, os católicos; a outra parte era estabelecida pelos liberais e igualitaristas militantes do movimento renovador. Romanelli (1986, p. 114) elucida a criação do Manifesto de 1932, expondo que:

quando se reuniu em dezembro de 1931, a IV Conferência Nacional de Educação, à qual o governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública se tornou tão acirrada que não houve clima, nem condições para atender ao pedido do governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de um documento endereçado “Ao Povo e ao Governo”. Surge, pois, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932.

O Manifesto continha uma ampla relevância no âmbito de discussões a respeito da escola pública no Brasil e por isso tem sido referência para inúmeros estudos acerca da educação. Trata-se de um documento redigido por 26 educadores, com o título

“Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Foi disseminado em nível nacional com o propósito de promover diretrizes para uma política educacional e configurou respectivamente, um projeto de ação nacional com a finalidade da organização de um sistema de educação e um documento de debate e reflexão sobre a atmosfera política e social dos anos de 1920 e 1930 (CAMURRA, 2008, p.02).

Nesse sentido, esta terceira seção discutirá sobre o embate das concepções ideológicas existentes no período, o que resultará no enfraquecimento de uma educação tradicional a partir de um novo conceito de educação, fundamentada nas ideias escolanovistas, introduzidas pelos intelectuais que se tornariam os signatários do Manifesto de 1932.

Aprofundar-se-á as propostas pedagógicas do documento do Manifesto dos Pioneiros e em suas contribuições para a educação e para os dias atuais.

3.1 ROMPIMENTO DO MODELO TRADICIONAL DE EDUCAÇÃO: A CONCEPÇÃO REFORMISTA DA ESCOLA NOVA

Para instituir o sistema educacional e efetivar essa educação democrática no país, seriam necessárias medidas para romper com o modelo da educação vigente naquele período, possibilitando abertura para novas ideologias fundamentadas em uma educação liberal e igualitária, o que contrapunha a educação tradicional da época.

O modelo educacional no período republicano (1889-1930), defendido pela igreja católica, tinha como uma das concepções o ensino religioso como suporte para manter a ordem, a moral e os bons costumes. Assim, os reformistas criticavam, “a educação tradicional, porque ensinava a copiar e não a pensar, pois se achava centrada no mestre e na transmissão de conhecimento. O professor detinha, sobretudo, o saber e a autoridade, dirigia o processo e se apresentava como um modelo a ser seguido” (LUSTOSA JÚNIOR, 2018, p.4).

Nesse cenário, o Catolicismo foi uma corrente de ideia intensificada na Primeira República. Batista (2015, p. 16) explica que “o auge do liberalismo no Brasil juntamente com a instalação do regime republicano fez separação entre a sociedade religiosa e a sociedade civil”. Inicialmente, essas circunstâncias não geraram protestos no meio católico, contudo, na terceira década da República, iniciou a movimentação dos católicos, através da Carta Pastoral do arcebispo D. Sebastião Leme. A essência do

documento argumentava a “ignorância religiosa no Brasil, fonte de todos os males” (NAGLE, 1976, p.57), e recomendava a intensificação da inclusão religiosa como o “supremo remédio”.

anti-revolucionário, o catolicismo pregava o fim da revolução, preservação da autoridade, o governo da ordem, em que os ideais revolucionários deviam ser considerados como anticristãos. Desse modo, o ideário católico, apesar de seu desencanto com a República, mas a favor da ideologia da ordem, contribuiu para posições autoritárias e conservadoras durante a Primeira República (CARVALHO, 2009, p.6).

A insatisfação do grupo católico em relação às novas ideias que surgiam na Primeira República evidenciava-se pela ausência do ensino religioso na educação proposta, reafirmada por essa nova corrente que se estabelecia naquele momento, o movimento renovador, que mais tarde teria uma influência significativa para a promulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Tal embate gerou um enfrentamento ideológico em torno da educação na primeira fase da República, alcançando o nível culminante nos primeiros momentos de 1930, quando ocorriam as Conferências Nacionais da Educação, organizadas pela ABE, questões envolvendo a permanência da laicidade no ensino voltavam a ser pontos de debates e discussões. Sobre esse momento, Romanelli (1985, p. 1430) explica:

logo, dois grupos se definiram: o dos que promoviam e lideravam as reformas e o movimento renovador, e os que, em sua maioria católicos, combatiam sobretudo os três aspectos – [...] laicidade, obrigatoriedade do Estado de assumir a função educadora e a coeducação. A igreja Católica, que até então praticamente monopolizava, no Brasil, o ensino médio, estava desde a proclamação da República, agastada com a laicidade do ensino, instituída pela 1ª Constituição Republicana. Agora, em face do alcance do movimento renovador e em face, principalmente das reivindicações que este fazia em torno da necessidade de se implantar efetivamente o ensino público, de âmbito nacional obrigatório e gratuito, ela se via ameaçada de perder aquele quase monopólio.

O modelo educacional no período republicano (1889-1930), defendido pela igreja católica, tinha como uma das concepções o ensino religioso, considerado como suporte para manter a ordem, a moral e os bons costumes. Além disso, “confundiam eles uma questão essencialmente pedagógica com questão de ordem moral baseadas, evidentemente, em princípios sedimentados em hábitos de educação religiosa” (ROMANELLI, 1986, p. 144).

Dado o exposto, ressaltamos o enfrentamento das ideologias educacionais existentes naquele momento. A partir dos artigos constitucionais, percebemos que o ensino religioso, que poderia ser visto como uma questão de ordem secundária, começa a ganhar espaço no ensino brasileiro. Tal evolução aconteceu a partir das discussões e debates no âmbito educacional e esse crescimento pode ser observado e comparado a partir dos artigos mencionados abaixo:

Artigo 72, parágrafo 6 da Constituição de 1891: “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”.

Artigo 153 da Constituição de 1934: “o ensino religioso será de frequência facultativa, e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.

Artigo 183 da Constituição de 1937: “o ensino religioso poderá ser contemplado com matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (ROMANELLI, 1986, p.142-143).

As Constituições de 1934 e 1937 foram feitas à base de lutas de caráter ideológicos e o que estava em pauta eram os princípios do movimento renovador que davam ênfase à necessidade da permanência da laicidade na educação e a reivindicação da institucionalização da escola pública e pela sua expansão.

Romanelli (1986, p.144) esclarece que em uma sociedade que predomina a pluralidade, o ensino leigo torna-se indispensável, para que seja possível “garantir aos educandos o respeito a sua personalidade e confissão religiosa e [...] evitar que a escola se transformasse em instrumento de propaganda de doutrinação religiosa”. Entretanto, vale salientar que o embate ideológico não envolvia apenas a concepção religiosa. Estava composto também por questões políticas e econômicas, aspectos que colocam os ideais do movimento renovador como ameaça para os propósitos dos que detinham o poder.

O perigo representado pela escola pública e gratuita consistia não apenas no risco de esvaziamento das escolas privadas, mas consistia sobretudo no risco de extensão de educação escolarizada a todas as camadas, com evidente ameaça para os privilégios até então assegurados às elites. Insurgindo-se contra as reivindicações do movimento renovador, a Igreja Católica tomou o partido da velha ordem e, com isso da educação tradicional (ROMANELLI, 1986, p. 144).

As consequências advindas dessas batalhas representadas pelos movimentos da Escola Nova e dos representantes da escola tradicional tiveram efeitos diretos na elaboração do texto das Constituições de 1934 e 1937. Com exceção do artigo 153, que estabeleceu o ensino religioso facultativo, conforme mencionado anteriormente, a Constituição de 1934, representou quase em sua totalidade o movimento renovador da Escola Nova.

Logo, em sua estrutura, muitos artigos foram estabelecidos a partir das reivindicações apresentadas pelo manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Desses, serão citados alguns julgados relevantes para essa discussão, como o Artigo 148, que determina a educação como direito de todos e dever dos poderes públicos, juntamente com a família; o artigo 150 refere-se à gratuidade do ensino, integralidade do ensino primário, à definição do Plano Nacional de Educação, entre outras promulgações.

Em face disso, entende-se que todas as discussões e embates ideológicos tiveram conquistas significativas e, apesar dos avanços populares sucedidos da Constituição de 1934, houve uma curta duração, já que uma nova Constituição elaborada apenas por Francisco Campos se estabelecia em 1937, após a instauração do denominado “Estado Novo”, constituído a partir de um golpe de Estado, no qual Getúlio Vargas tornou-se ditador. Romanelli (1986, p. 152) afirma que:

[...] esta última Constituição não teve a amplitude da outra, quanto à educação, antes tratou-a muito restritivamente. Continuou, todavia, declarando a necessidade de a União “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes” dessa educação (art.15, nº IX), e mantendo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino (art.130). Foi mais enfática na questão do ensino profissional, embora se referisse a ele como “um ensino destinado às classes menos favorecidas[...]”.

Portanto, ao destinar o ensino profissional “às classes menos favorecidas”, a Constituição de 1937, revela os princípios de um governo, em sua política educacional, defensor de uma segregação social no sistema de ensino educacional vigente. Além disso, entre as modificações advindas com a nova Constituição, apresenta-se a seguir os artigos 149 e 150 da Constituição Federal de 1934, com a finalidade de refletir sobre as diferenças, relacionando-os aos Artigos 125 e 130 da Constituição Federal de 1937.

Artigo 149: a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país [...].

Artigo 150, parágrafo único: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo superior ao primário, a fim de o tornar mais acessível [...]. (BRASIL, 1934, Art. 149-150)

Artigo 125: a educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

Artigo 130: o ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, 1937, Art. 125-130).

No campo da educação, a Constituição Federal de 1937 contrapôs todas as referências democráticas da Carta anterior. Se esquivando da obrigação de promover a educação, o Estado se coloca apenas na posição de colaborador, sem comprometimento de ampliar o ensino público.

Ao eximir o Estado da aplicação de recursos públicos para a educação, a Constituição de 1937 sanciona a remuneração de donativos para o caixa escolar, no qual os mais ricos poderiam cooperar para que os mais pobres tivessem acesso à escola. No entanto, essa estratégia do Governo não alcançou seus fins, visto que nem todas as escolas possuíam o caixa escolar, além disso, não era uma renda fixa e garantida. Desse modo, as crianças carentes prosseguiram sem assistência a suas necessidades educacionais. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003).

Com essas determinações, o governo deixa evidente seu descaso com o sistema de educação e reafirma a existência de uma dualidade no ensino. Em consequência disso, é notório um retrocesso no processo de evolução na estrutura educacional do país, considerando os avanços significativos suscitados a partir do seguimento ideológico ocorrido paulatinamente desde o início da Primeira República.

3.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA DO DOCUMENTO DO MANIFESTO DOS PIONEIROS

Escrito por Fernando de Azevedo, o manifesto foi assinado por mais 25 educadores, cientistas e intelectuais: Júlio Afrânio Peixoto, Antônio de Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, Lourenço Filho, Edgar Roquette Pinto, José Getúlio de Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Carlos Briquet, Mário Casasanta, Carlos Miguel

Delgado de Carvalho, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, J.P. Fontenelle, Carlos Roldão Lopes, Noemi Marques da Silveira, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Amanda Álvaro Alberto, Sezefredo Garcia de Resende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Rodrigues Gomes.

Logo abaixo, a imagem de alguns signatários. Todos eles defendiam o ensino público leigo e se opunham aos educadores católicos, “que preconizava a reintrodução do ensino religioso nas escolas por considerar que a verdadeira educação devia estar vinculada à orientação moral cristã” (ARANHA, 2006, p. 304).

FIGURA 4: Dia da Promulgação do Manifesto dos Pioneiros (1932).



Fonte: INEP.

Disponível em: inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-1932/143.

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi lançado fomentando “a relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento, colocando-a, porém, numa situação de primazia no que se refere aos problemas nacionais” (ROMANELLI, 1986, p.145).

Naquele momento histórico tomava-se consciência da necessidade de pensar a educação, tendo em vista que o progresso existente do período, de certa forma, pressionava para esta problematização acerca da inexistência de uma organização educacional para alcançar esse desenvolvimento que sucedia naquela ocasião. Sobre isso, Romanelli (1986, p. 145) explica que:

[...] se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas ou de produção, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores principais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.

Assim, estabelecem a educação no processo de desenvolvimento ao mesmo tempo que definem o seu ideário acerca do progresso. Além disso, o manifesto consolidava a percepção de um segmento da elite intelectual que, apesar dos posicionamentos ideológicos apresentarem divergências, vislumbra a probabilidade de intervir na sistematização educacional do país.

Dado o exposto, será direcionado o olhar para o teor do Manifesto, para possibilitar o entendimento sobre a sua relevância no âmbito educacional daquele contexto e as suas contribuições na busca de uma escola pública, laica e obrigatória, que atingisse todos os indivíduos, perdurando até os dias atuais.

Apresentado como “A reconstrução educacional no Brasil”, o Manifesto traz em seu arcabouço, além da introdução e conclusão, quatro momentos, colocados como tópicos e subtópicos: o primeiro, intitulado de “Os fundamentos filosóficos e sociais da educação” abordava as finalidades da educação, os valores mutáveis e os valores permanentes.

No segundo momento, é tratada “a organização e administração do sistema educacional”. Nele são apresentados dois subtópicos: o primeiro pleiteia sobre o Estado em face da educação, que debate pontos importantes como a educação, uma função essencial pública; a questão da escola única; laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação; o segundo trata “da função educacional”, que discutirá a unidade e a autonomia da função educacional, e a sua descentralização.

Em seu terceiro momento, o Manifesto aborda sobre “as bases psicobiológicas da educação”, no qual são debatidos os processos educativos, além do conceito e fundamentos da Educação Nova.

Em seu último tópico: “planejamento do sistema, conforme os princípios e diretrizes enunciados: Plano de reconstrução educacional”, são colocadas em discussão as linhas gerais desse plano, o ponto nevrálgico da questão, bem como o conceito moderno de Universidade e o problema universitário no Brasil. Além disso, debate-se também sobre a unidade de formação de professores, o papel da escola na vida e a sua função social.

As informações apresentadas acima expõem todos os pontos tratados no documento, sobre o qual serão discorridas questões que foram julgadas pertinentes para esse estudo. Assim, “possuindo um caráter reformador, o Manifesto foi lançado com o objetivo de sobrepor a educação tradicional e elitista do período e adequá-la às novas concepções que se estabeleciam na sociedade” (BATISTA, 2015, p.32).

A publicação desse documento propunha uma regeneração educacional que abrangesse a sociedade de forma igualitária, tendo como título “A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo”, buscando estabelecer diretrizes para um sistema de educação, denotando convergências, especialmente, com Émile Durkheim e John Dewey⁴, já que ambos caracterizavam a educação como um bem social e acreditavam em uma educação democrática através da escola pública e laica.

O documento inicia-se evidenciando a educação como precedência de todos os setores da sociedade, isto é, entre todos os “problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação” (SAVIANI, 2010, p. 242). Logo a educação foi colocada como prioridade, tendo em vista que naquele momento ela era denominada como a solução para todos os problemas, sobrepondo inclusive o fator econômico. Para isso, o Manifesto determinava uma intrínseca junção entre educação e desenvolvimento, pois segundo o próprio texto, se a ampliação do sistema cultural de um país resulta das condições econômicas e não é possível aumentar o poder econômico sem a organização das forças culturais. Portanto, a educação pública seria a responsável por esse preparo. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003).

É notório que naquele momento existia uma ineficiência no âmbito educacional brasileiro, e segundo o Manifesto (1932) uma das maiores causas para esse problema se aplicava à ausência de uma ampla visão científica e de um espírito filosófico que contribuísse para a análise e resolução das lacunas existentes na educação.

Saviani (2010, p. 242) explica que “na visão do Manifesto seria esse educador de larga visão que, dotado de espírito científico, lançaria mão de todas as técnicas disponíveis desenvolvidas cientificamente para impulsionar a administração dos serviços escolares”, ou seja, a nova filosofia da educação precisaria conceber uma

⁴Respectivamente sociólogo francês e filósofo norte-americano que tiveram grande importância na educação brasileira. O segundo influenciou o movimento da Escola Nova, pois concebia a educação em seu sentido democrático e defendia a igualdade de oportunidades para todos.

instrução para o seu tempo, aplicando sobre os problemas educacionais os métodos científicos pertencentes ao movimento renovador ocorrido no final de 1920.

O documento de 1932 também aborda em sua estrutura o projeto de uma inovação na educação apropriado em ultrapassar os limites das camadas sociais, uma educação descentralizada, que o interesse do sujeito fosse colocado como prioridade no processo educacional.

Entretanto, ainda de acordo com o Manifesto, esse indivíduo não poderia ter uma independência isolada, efeito do individualismo libertário presente na escola tradicional. Essa nova educação serviria ao indivíduo, no entanto tornaria a escola ligada ao meio social, uma vez que instituisse um espírito de solidariedade e cooperação. Empregando as palavras do documento, Ghiraldelli (2003, p. 35) elucida que:

o Manifesto estabeleceu claramente dois tipos de escolas: ‘a escola tradicional’, voltada para a satisfação de interesses classistas, e a ‘escola socializada’, que subordinaria os fins particulares de determinados grupos sociais aos ‘fins fundamentais e gerais que assinala a natureza nas suas funções biológicas’. Em outras palavras: a primeira escola colocava a educação como um privilégio fornecido pela ‘condição econômica e social do indivíduo’, enquanto a segunda assumiria uma educação a partir de um caráter biológico na medida em que reconheceria ‘a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social’.

Identifica-se, pois, que o documento faz crítica ao dualismo existente no sistema de educacional brasileiro, apoiando uma educação que precisa sobrepujar os interesses de classes. Nesse sentido, o Manifesto discute três questões de política educacional: “a educação, uma função essencialmente pública”, “a questão da escola única” e a “laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003). Sobre a educação como uma função essencialmente pública, o Manifesto responsabiliza totalmente o Estado, afirmando que:

[...] de todos os deveres que incumbem ao Estado o que exige maior capacidade de dedicação e justiça, maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projetam mais longe nas suas consequências, agravando-se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana (BRASIL, 2010, p. 66).

Considerando o Estado como meio fundamental para concretização de seu projeto, o Manifesto atribui ao governo, a competência de viabilizar, por meio da atuação dos grupos de comprovada capacidade técnica, a modificação da educação em uma função social e eminentemente pública. Vale salientar que a definição de educação pública no Manifesto faz alusão à universalização do ingresso à educação a todos os indivíduos, possibilitando tornarem-se cidadãos com igualdade de direitos. Sobre o acesso para todos à educação, Xavier (2004, p. 19) acrescenta que:

[...] a constituição da Educação em um campo específico de atuação política e profissional que, absorvido pelo Estado, interfere diretamente na cultura nacional abrangendo também os demais setores da vida social pela sua força integradora, pelo seu trabalho na formação de um espírito democrático entendido *como princípio de vida moral e social*.

Assim, “da mesma forma que justifica a importância de uma elite consciente da missão de *coordenar as forças históricas e sociais do povo*” (XAVIER, 2004, p.18), o Manifesto evidencia o quanto é fundamental um Estado forte e com o poder de mediar conflitos e promover a igualdade, tendo em vista que tais atributos possibilitam o país se desprender dos vícios do passado e assegurar o controle sobre o processo de modernização, considerando qualquer instabilidade que tais transformações possam ocasionar.

O Estado responsável pela educação precisaria proporcionar uma educação única, igual para todos, de maneira que a laicidade impossibilitaria o desrespeito ao aluno por meio da imposição de seitas e dogmas. Seu acesso gratuito para todos, homens e mulheres, promoveria o desenvolvimento igual dos sexos.

Entre os conceitos defendidos no manifesto, Piletti (1990, p. 77) elenca cinco, dos quais entende como fundamentais:

1. A educação é vista como instrumento essencial de reconstrução da democracia no Brasil, com a integração de todos os grupos sociais.
2. A educação deve ser essencialmente pública, obrigatória, gratuita, leiga e sem qualquer segregação de cor, sexo ou tipo de estudos, e desenvolver-se em estreita vinculação com as continuidades.
3. A educação deve ser “uma só”, com vários graus articulados para atender às diversas fases do crescimento humano. Mas, unidade não quer dizer uniformidade; antes, pressupõe multiplicidade. Daí, embora única sobre as bases e os princípios estabelecidos pelo Governo Federal, a escola deve adaptar-se às características regionais.

4. A educação deve ser funcional e ativa e os currículos devem adaptar-se aos interesses naturais dos alunos, que são o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação.

5. Todos os professores, mesmo os do ensino primário, devem ter formação universitária.

Constata-se no Manifesto um documento com aspecto revolucionário, inovador e atual, pois coloca a educação como um mecanismo fundamental para a efetivação da democracia, aclarando a escassez do avanço democrático na República, deixando evidente como a educação sempre foi postergada ao segundo plano e como faz-se importante reconhecer o papel fundamental da educação de qualidade.

Como menciona Batista (2015, p.34): “Esse aspecto impetuoso do documento também se elucida na medida em que foram levantadas propostas de uma educação igualitária, acessível a todos independente de raça, sexo ou posição social”

Em vista do que foi mencionado, compreende-se que o Manifesto dos Pioneiros “não só estava traçando diretrizes novas para o estudo da educação no Brasil, mais também estava representando uma tomada de consciência, por parte dos educadores, até então praticamente inexistente” (ROMANELLI, 1986, p.150).

Ora, em um país onde sua principal característica sempre foi a desigualdade social em seu sistema de educação, é evidente o impacto motivado por essa ideologia e a brandura em que se deram as suas concretizações e grande parte desses princípios não foram executados na Era Vargas, tornando-se, por longas décadas, uma utopia da educação.

No entanto, sabe-se que a educação não apenas se adapta como também promove alterações conforme as necessidades sociais e à realidade estrutural do momento vigente, o que explica os diversos avanços e retrocessos na história educacional do país. Considerando essa concepção, o Manifesto passa a perceber o surgimento da Educação Nova como uma resistência concreta e sistemática contra a velha constituição educacional com o seu viés tradicional e verbalista.

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas do seu crescimento”, de acordo com certa concepção do mundo (TEIXEIRA, 1984, p.410).

Saviani (2010, p.243) explica que diferente da velha concepção tradicional, que agia pelos interesses das classes dominantes, a educação nova “permite a cada indivíduo a se educar, conforme é de seu direito”, independente das questões econômica e sociais, o sujeito é possibilitado a desenvolver suas aptidões de maneira integral.

No decorrer da República, o Brasil mantinha um ensino escasso, elitista e com excessivo índice de analfabetismo, desse modo os idealizadores do Manifesto da Educação recomendam a criação de um “plano de reconstrução educacional”, com a finalidade de modificar o sistema educacional brasileiro. Para isso, o documento alega a necessidade de romper com a dualidade na estrutura educacional existente no período, o qual, conforme explica Romanelli (1986, p. 148): “se dividia em dois subsistemas – o ensino primário e profissional, para os pobres, e o ensino secundário e superior, para os ricos”, partindo desse pressuposto, o Manifesto apresenta a proposta de um sistema unificado, o qual resumidamente apresentaremos a seguir:

1. Na base do sistema, as escolas pré-primárias e o ensino primário, único.
2. O ensino primário deveria estar articulado ao secundário, assim organizado:
 - a) Uma base comum, de 3 anos (fundamental);
 - b) Um ensino diversificado, dividido em:
 - Seção predominantemente intelectual – onde se estudariam as humanidades, ciências físicas e matemáticas e ciências químicas e biológicas.
 - Seção preferentemente manual, subdividida em:
 - Extração de matérias-primas: escolas agrícolas; escolas de mineração; escolas de pesca.
 - Elaboração de matérias-primas: escolas industriais e profissionais.
 - Distribuição de produtos elaborados: escolas de transportes; escolas de comunicações; escolas de comércio.
3. O ensino superior deveria ser mais diversificado, organizando-se, segundo o sistema universitário, em curso para as carreiras liberais e para as profissões técnicas.

Segundo Romanelli (1986), é na escola secundária que se encontrava “*o ponto nevrálgico da questão*”, tendo em vista, que o seu ensino tradicional desenvolvia “o reduto dos interesses de classe”, promovendo o dualismo na educação.

No que tange ao ensino superior, a proposta do Manifesto abordava a ampliação dos cursos superiores com a finalidade de propiciar acesso para o maior número de pessoas, os cursos oferecidos naquela época limitavam-se a engenharia, direito e medicina, opções que firmavam o elitismo na educação daquele período.

A quebra da inflexibilidade no ensino, e a abertura para novas profissões era também um dos motivos existentes para esse novo plano educacional, uma vez que o

tradicionalismo promovia uma educação engessada sem acesso para novos conhecimentos, e um dos meios para combater esse contexto educacional era efetivar o alargamento da ciência e da cultura.

Destaca, em seguida, a proeminência da pesquisa na universidade e da necessidade premente que tínhamos de organizar universidades para garantir o estudo científico dos grandes problemas nacionais e para combater o ceticismo, a falta de crítica, o enciclopedismo e o autodidatismo (SAVIANI, 2010, p. 248).

Nesse sentido, o manifesto deixa claro a necessidade de uma educação superior organizada “segundo seus modernos objetivos, a saber: ensino, pesquisa e extensão” (ROMANELLI, 1986 p.149). Para isso, é necessário pensar a formação docente qualificada para todos os graus de ensino, com a exigência que essa formação seja de nível superior, tendo em vista a inviabilidade de instituir o sistema educacional sem uma uniformidade na formação docente.

Segundo Bedin (2011, p. 80-81), “à tradição das hierarquias docentes, consideravam as divisões acadêmicas - [...] contrárias aos princípios da unidade da função educacional. Sendo importante sim, formação e remuneração condizentes, possibilitando um desempenho elevado”, assim, o Manifesto faz críticas à maneira como os docentes vinham sendo recrutados, e logo “propõe que a reorganização do ensino superior seja feita de tal forma, que das elites que ele prepare faça parte o professorado de todos os níveis” (ROMANELLI, 1986, p. 149).

Como mencionado, o manifesto dos pioneiros da educação resultou um forte impacto no período e foi o responsável pelos progressos no âmbito educacional apresentados na Constituição de 1934. Entretanto, suas ideias não se efetivavam totalmente, considerando que algumas velhas práticas resistiam em permanecer, como o dualismo na educação, que obstinadamente permaneceu beneficiando a elite.

Batista (2015, p.35) explana que “essa estrutura ambígua” do sistema educacional brasileiro foi ainda mais intensificada “através das Reformas Educacionais ocorridas na “era Vargas” e da Constituição de 1937 que inverteu as tendências democratizantes que haviam sido conquistadas” através da influência do manifesto no âmbito da educação do período, tanto na conscientização dos educadores da época como na própria legislação da Carta Magna de 1934.

Dentre todos os pontos elencados pelo manifesto, discorrer sobre as questões que envolvem as mudanças propostas pelos signatários para a educação brasileira é de fundamental importância para a reflexão sobre a atual conjuntura educativa do país. O documento discutido buscou de maneira ousada, tendo em vista o contexto vigente de sua formulação, criar uma estrutura educacional que ofertaria ao sujeito o acesso à uma educação democrática e igualitária contrapondo a educação tradicional da época.

3.2.1 Contribuições do Manifesto dos Pioneiros para a educação e para atualidade

O Manifesto dos Pioneiros (1932) traz em seu arcabouço uma importância revolucionária para a história da educação brasileira, tomando que suas ideias refletem diretamente no sistema educacional do país até os dias atuais. No contexto de sua implantação, imperava uma educação tradicional, com predominância elitista, posição que determinava a exclusão da maior parte da população no Brasil, favorecendo apenas a classe dominante.

Naquele momento, percebia-se a necessidade de organizar o ensino com a finalidade de contemplar as exigências dos setores: político, econômico e social, assim a escola passa a ser vista como uma importante via dessa reconstrução na sociedade brasileira.

Salienta-se que tais transformações advindas desse documento não ocorreram do dia para a noite, o próprio Manifesto não foi pensado, redigido e divulgado de maneira rápida e única. Foram muitas discussões em torno da educação, muitas tentativas para modificar o contexto educacional brasileiro vigente. Sobre esse processo e os seus enunciados, Xavier (2004, p. 3) elucida que:

trata-se de uma memória que foi construída passo a passo, em cada crônica publicada nos jornais, em cada livro, em cada discurso, em cada Manifesto... pois sabemos que o Manifesto de 1932 não foi o único a ser publicado no período e, nem tampouco foi o único a ser assinado pelo grupo. Os Manifestos são sempre a formalização de um rito de transição, sua intenção é fazer uma declaração pública de doutrinas ou propósitos de interesse geral, marcar uma mudança, inaugurar um novo momento.

Reafirmamos a importância de discorrer sobre a historicidade do Manifesto, tendo em vista a relevância em preservar a sua história, bem como refletir sobre as contribuições deixadas em seu legado. Nesse sentido, busca-se compreender e identificar em suas enunciações contribuições para a educação, além de explicar

atuações importantes sobre sua principal ação: a montagem do sistema público educacional brasileiro.

Naquele momento, o Manifesto aborda a educação como problema social, o que foi visto como um avanço, visto que a educação até aquele período não tinha nenhuma notoriedade, nem tão pouco tinha apresentado alguma possibilidade em propiciar um ensino igual para todos, conforme solicitado pelo documento.

Ao proclamar a educação como um direito individual que deve ser assegurado a todos, sem distinção de classes e situação econômica; ao afirmar ser dever do Estado assegurá-la, principalmente através da escola pública gratuita, obrigatória e leiga, e, finalmente, ao opor-se à educação-privilegio, o Manifesto trata a educação como um problema social, o que é um avanço para a época [...] (ROMANELLI, 1986, p.149).

Para a renovação educacional que estava prestes a acontecer, o Manifesto foi de fundamental importância, considerado, inclusive, para muitos intelectuais um *marco* e/ou *divisor de águas* para história da educação brasileira. Tal referência ocorreu devido aos seus ideais que rompiam antigos padrões, e buscavam incorporar uma nova ideologia, com a finalidade de oferecer uma educação igualitária para a população. Além disso “a partir da sistematização das ideias, da educação enquanto ciência, foi possível analisar, criticar, estabelecer parâmetros e, acima de tudo, vislumbrar melhores propostas de ensino no Brasil” (BEDIM, 2011, p. 89).

Além de apresentar propostas de modificações nos saberes pedagógicos e no método didático, o Manifesto dos Pioneiros elevava o problema educacional, acima dos outros existentes na sociedade, apoiava uma educação sem diferenciação de classe social para toda a população, em uma escola pública obrigatória, gratuita e leiga. Ainda sobre as contribuições advindas do Manifesto, Batista (2015, p. 34) adverte:

Apesar de suas importantes contribuições ainda tão atuais em nossos dias, o documento não se tornou uma realidade [...], principalmente na proposta referente a uma escola igualitária, tendo em vista que apesar dos avanços educacionais ocorridos no período, a educação continuou sendo um privilégio dos mais abastados, embora se apresentasse como um direito de todos.

Foi na Constituição de 1934 que as principais concepções do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foram inseridas, visto que o capítulo que era voltado para a educação tinha traços inteiramente democráticos, o que promoveu um avanço significativo no sistema educacional do Brasil. Entretanto, esse desenvolvimento social

que buscou promover uma educação igual para todos, resultou em um retrocesso após a promulgação da nova Constituição de 1937.

O Manifesto dos Pioneiros apresentava como proposta uma nova organização educacional com fundamentos científicos. Os pioneiros atribuíam às ciências a evolução da humanidade, defendiam que as instituições escolares deveriam permitir a introdução dos princípios científicos, para assim propiciar para a população uma nova educação. Assim, Xavier (2002, p. 48) resume o que seria a proposta dos Manifesto:

Um conjunto de medidas práticas pelas quais se pretendia fundar um novo sistema educacional – único, de base científica e sob a responsabilidade do Estado. O plano de reconstrução educacional previa ainda a laicização do ensino e a co-educação, introduzindo, dessa forma, valores realmente inéditos na estrutura educacional da época.

Dessa forma, esse documento apresenta uma visão moderna de educação, pois aborda uma educação “pautada em princípios de ética nas relações sociais, com valores de autonomia, respeito à diversidade, igualdade, liberdade e solidariedade” (VIEIRA, 2006, p. 11). Suas concepções ideológicas acerca da educação fomentaram amplas repercussões na sociedade daquele período, e permanecem ainda hoje estimulando significativamente debates voltados para o atual campo educacional.

Alguns intelectuais da educação defendem a atualidade do manifesto e ressaltam que as ideias contidas no documento são ainda hoje lembradas nas discussões a respeito da escola pública obrigatória, da laicidade da educação e da responsabilidade do Estado com a educação nacional (VIEIRA, 2006, p. 12).

Para a História da Educação Brasileira, o lançamento do Manifesto simboliza um momento muito marcante, tendo em vista que seu acontecimento tornou-se fundamental para as significantes mudanças ocorridas a partir de sua divulgação. Assim, sendo o Manifesto um marco no âmbito educacional do país, vale salientar que sua ideologia influenciou a postura e o posicionamento de muitos educadores e ainda permanece bem presente até os dias atuais.

Portanto, as concepções encontradas em todo o texto do documento são a contestação entre o novo e o velho. Em um dos seus trechos, o manifesto fala que a educação nova precisa permanecer opondo-se de forma objetiva, intencional e

organizada à velha estrutura educacional vigente, por tratar-se de uma educação artificial e verbalista, constituída para uma concepção vencida.

Trata-se da manifestação de um grupo de educadores intelectuais que se preocupava e discutia sobre uma educação que não atendia às necessidades e à modernização que se instaurava no Brasil, alinhados no debate político, econômico e social, esses pensadores envolvidos na luta pela implementação do ensino público, laico e gratuito, buscavam potencializar suas ideias nessas discussões, que cada vez mais ganhavam espaço no país.

Ora, não se deve esquecer que o Manifesto apoia categoricamente a necessidade da Educação ser estabelecida como um problema prioritário e de incumbência do Estado, o que buscava fortalecer a oferta da escola para toda população. Essa é uma questão ainda presente hodiernamente, o que faz do Manifesto um documento atual, considerando que ainda permanecemos na busca pela viabilização dos problemas educacionais do nosso país, como a ineficácia/ausência de políticas públicas canalizadas para contemplar uma educação de qualidade para todos.

No texto do Manifesto, os pioneiros da Escola Nova denotam que nunca houve uma organização no aparelho educacional brasileiro, tendo em vista a inexistência de projetos estratégicos e iniciativas que solucionassem os problemas educacionais existentes naquele período. Além disso, o documento critica as Reformas que ocorreram anteriormente na educação, visto que sempre estiveram “dissociadas das reformas econômicas, além de serem propostas fragmentárias e desarticuladas com a realidade” (VIEIRA, 2006, p. 9).

Outro fator alusivo às ideias do Manifesto refere-se ao seu propósito na construção de uma sociedade liberalista. Sobre isso, Viera (2006, p. 12) explica que:

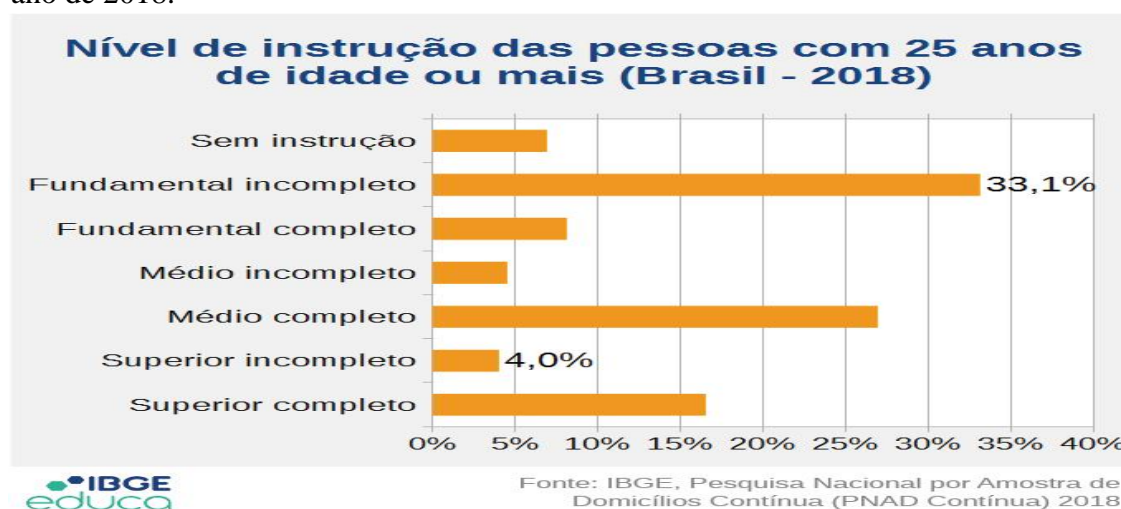
A proposta educacional almejada pelos pioneiros estava pautada no pragmatismo da escola nova e trouxe a escola como espaço de mudança social, que busca formar um sujeito perfeito, moldado para ser o cidadão republicano. Assim, objetivando a construção de uma sociedade nova e progressista.

De acordo com os pioneiros, esse progresso decorreria conforme a proporção em que o campo político atribuísse configurações aos princípios indicados pelo regime Republicano. Logo, a via mais eficaz para o alcance desse propósito, era pela defesa da escola pública pautada na educação nova.

Ainda que o Manifesto dos pioneiros apresentasse em seu conteúdo características de segregação, determinando a inércia de nossa sociedade, contudo, diante da educação oferecida para a população, já consistiria em um avanço. No que se refere “à importância histórica, enquanto continuidade de um ideal de ensino e proposta política, contribuiu sim”, se for refletido que durante esse processo de desenvolvimento das lutas ideológicas, houve um exercício democrático, apesar das contradições existentes (BEDIN, 2011, p. 89).

Em face aos dados apresentados, torna-se necessário compreender que essa luta para uma educação igual para todos permanece, considerando as disparidades existentes no nosso atual sistema educacional. A partir dos dados obtidos e apresentados a seguir, é possível identificar que mais de 33% dos brasileiros com idade igual ou superior a 25 anos possuem apenas o ensino fundamental incompleto, fato que elucida a existência de uma educação desigual.

FIGURA 5: Nível de instrução da população brasileira, com idade a partir de 25 anos no ano de 2018.



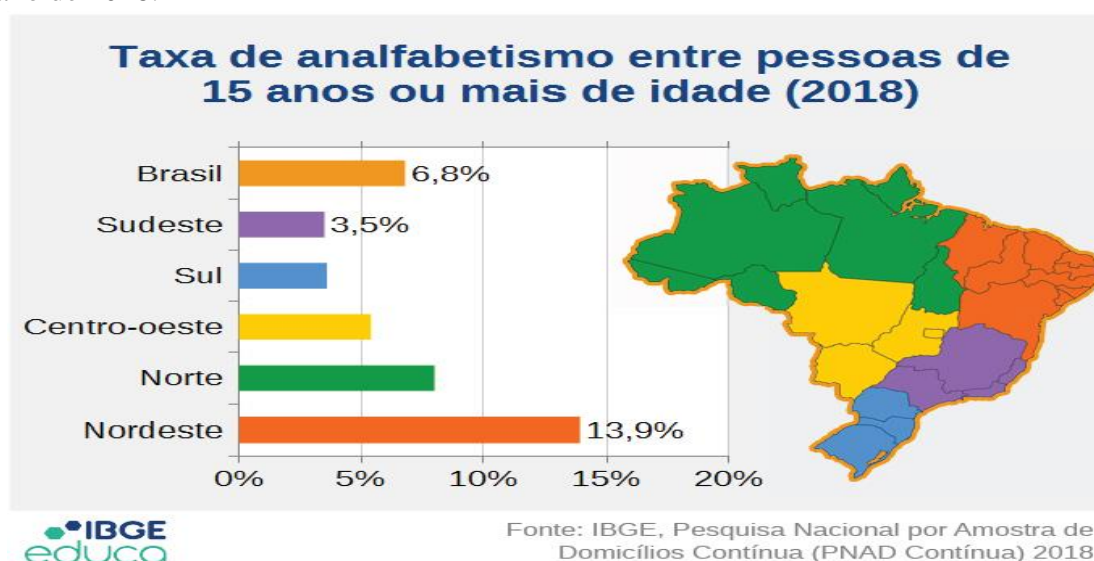
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.

Ainda no século XX, o analfabetismo no Brasil tinha uma média de 75%, o que, para a época, tratava-se de um percentual alarmante. Todas as Reformas sucedidas naquele período, inclusive e principalmente o Manifesto dos Pioneiros foram importantes e procuraram contribuir com ideias e discussões para a redução do analfabetismo existente no país.

Atualmente, o problema do analfabetismo ainda é bastante presente no país, embora a concentração seja principalmente na população idosa, considerando que no passado esse público não teria tido acesso ao ensino.

Conforme os dados do IBGE (2018), ainda se observa que o analfabetismo no Brasil atingiu em quase 7% da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos. Além disso, o gráfico evidencia que é na região Nordeste que se concentra o maior fluxo de pessoas que não têm/ou não tiveram acesso à educação. Vejamos a figura que segue:

FIGURA 6: Analfabetismo no Brasil entre pessoas com idade a partir de 15 anos no ano de 2018.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.

Considera-se pertinente apresentar essas informações para refletir em quais aspectos o legado do Manifesto se faz presente inteiramente, uma vez que a desigualdade no acesso à educação é facilmente demonstrada nos dados coletados pelo IBGE. Uma realidade contra os ideais defendidos pelos pioneiros que almejavam uma educação igual no alcance de toda população.

Todavia, essa defesa pela universalidade na educação, independente de religião, raça, ou sexo, propiciou em 1932, um avanço no âmbito educacional, tornando-se fundamental para a construção do atual sistema de ensino, pois a partir dos seus princípios ideológicos, da educação enquanto ciência, foi possível analisar e estabelecer fundamentos e sobretudo alcançar melhores projetos educacionais no Brasil.

Enfim, podemos concluir que as contribuições desse documento constituem-se uma marca na história da educação brasileira e que seus ideais foram e são tão fundamentais quanto atuais. Lembrando que a história é feita de continuidades e rupturas, o que pode significar que os ideais do Manifesto devem ser sempre rememorados, refletindo sua importância, com o objetivo de continuar defendendo uma educação de qualidade nos dias atuais; contra todo e qualquer retrocesso que visem desconstruir direitos educacionais que foram lutados e conquistados ao longo da história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face aos fatos mencionados, pode-se inferir que a história do Brasil é caracterizada por sistemas governamentais que utilizam a educação como um instrumento para legitimar seus governos. À vista disso, torna-se fundamental buscar conhecimentos a respeito das modificações políticas e educacionais sucedidas no país, tendo como contribuições referenciais teóricos, documentos e experiências, com a finalidade de compreender as relações processadas em determinados momentos e cenários históricos e as decorrências para a educação.

Nessa perspectiva, observa-se que as maiores mudanças incididas nos âmbitos social e educacional foram resultados da industrialização e da urbanização ocorridas no Brasil nesse período. Logo, compreender as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas destacou-se como premissa essencial para a análise e percepção da educação desenvolvida nesse momento histórico, denominado como a Era Vargas.

Ainda em 1920, desencadeava-se um período de conflitos em todos os setores da sociedade brasileira, visto que não obstante as inúmeras mudanças, permanecia a percepção de continuidade do velho regime imperial, ocasionando um desencantamento pelos ideais republicanos.

Nessa conjuntura, a educação é designada como a solução para os problemas sociais, e é nesse cenário que se desenvolvem movimentos como o Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico, que tinham como objetivo a ampliação e a qualificação do ensino. Vale salientar que esses movimentos, apesar de orientarem apenas a nível estadual, foram fundamentais para as posteriores mudanças educacionais, considerando que concretizaram outras formas de luta, a exemplo da ABE, que promoveu os debates sobre a educação.

No decurso desse estudo, observou-se que a partir da Segunda República, a educação foi contemplada de modo mais intenso no Brasil, aspectos detectados a partir das contribuições advindas das inúmeras tentativas de trazer modificações no âmbito da educação, como a Reforma de Francisco Campos e as Constituições Federais de 1934 e 1937, e principalmente, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que foi um marco nessas modificações educacionais.

A nossa reflexão advinda desse estudo compreende que houve transformações e contribuições positivas para a educação brasileira, entretanto nem sempre essas mudanças representaram avanços no sistema de ensino do país.

O Manifesto foi responsável por muitas mudanças pertinentes e que foram fundamentais para a implementação do sistema educacional no nosso país, não sendo alheio ao cenário que o produziu; entre seus aportes, faz-se necessário mencionar a contribuição em resgatar da escola a missão em cumprir sua função social, ou seja, potencializar recursos para garantir o direito de cada indivíduo a um ensino integral, além do dever de conceber uma educação eminentemente pública e gratuita, compreendida como encargo do Estado.

Partindo desse pressuposto, traz-se a importância da reflexão: “é possível afirmar que o objetivo, após longos 87 anos de a sua publicação, foi alcançado?” Como já mencionado, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi crucial para a defesa de uma educação mais acessível e comum a todos, visto que defendia uma escola pública, gratuita, obrigatória e laica, objetivando uma educação de qualidade.

Entretanto, essa meta nunca foi totalmente conquistada, considerando que a educação nunca alcançou a todos de forma integral, igual e com qualidade, realidade constatada a partir dos dados obtidos pelo IBGE, que revelam uma disparidade educacional na população brasileira.

Além disso, essa dessemelhança se apresenta de forma intensa nas regiões Norte e Nordeste relacionada às demais regiões, principalmente a Região Sul e Sudeste, o que nitidamente configura-se em uma exclusão social, e reafirma a dualidade do ensino existente e percebido no supracitado estudo ainda na Primeira República.

Desse modo, ao refletirmos a história da educação, compreendendo a Primeira República até os primeiros anos da “Era Vargas”, percebemos com clareza essa dúvida educação existente em todo processo de transição e organização na estrutura educacional brasileira. Todavia, todas as Reformas realizadas naquele período fortaleceram essa ambiguidade na proporção em que foram legitimadas como legado para a educação brasileira, um ensino direcionado para o trabalho e outro ensino para a educação superior.

No que tange à responsabilidade do Governo para uma educação de qualidade, presencia-se todos os dias notícias acerca dos cortes, ou melhor: dos “contingenciamentos” para o ensino, promovendo um descaso impropriedade com a educação, o que pode ser compreendido a partir das rupturas e continuidades, avanços e retrocessos, fortalecendo a sensação de que uma boa parte dos princípios debatidos no Manifesto e no século XX permanece sem efetivação após quase um século, enquanto, alguns já efetivados, podem - ou não - sofrer retrocessos.

Nessa perspectiva, ressalta-se a relevância desse documento, pelo olhar atualizado para a educação e por congregar educadores, ideias e propostas para a melhoria educacional.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, MLA. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- BASBAUM, L. 1907-1969. **História sincera da república**. São Paulo, Alfa Omega, 1975-76.
- BATISTA, ADL. **Educação na “Era Vargas”**: algumas considerações sobre o dualismo educacional (1930-1945). João Pessoa/PB, 2015
- BEDIN, B. **Os pioneiros da escola nova manifestos de 1932 e 1959**: semelhanças, divergências e contribuições. Orientador: Maria de Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. 2011. 141 p. Dissertação (Mestrado - programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração - História e Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: FE/USP, 2011. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072011-143202/pt-br.php. Acesso em: 15 ago. 2019.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1934**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 17 ago. 2019.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 17 ago. 2019.
- BRASIL. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CAMURRA, L. **Escola pública**: manifesto dos pioneiros da educação nova e o direito à educação. Novembro de 2008, UNIOESTE, Campos Cascavel. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2015.pdf>. Acesso em 09 ago. 2019.
- CARVALHO, MEGC & MORAIS GM. **Encantos e desencantos da educação brasileira na Primeira República**: legislação e ideário pedagógico (1889-1930). IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americana, 2009, UERJ, Rio de Janeiro.

CARVALHO, MMC. Educação e políticas nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LOZENZO, HC; COSTA, WP (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997. p.115-132.

CUNHA, MV. Estado e escola nova na história da educação brasileira. In: SAVIANI, D (Org.). **Estados e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 251-280.

GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1996.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Filosofia e história da educação brasileira. Barueri, SP: Manole, 2003.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

INÁCIO FILHO, G; SILVA, MA. Reformas educacionais durante a primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, D (Org.). **Estados e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 217-250.

LEMME, Paschoal. O manifesto dos pioneiros da educação nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan. /abr. 2005

LUSTOSA JÚNIOR, JV. Ao povo e ao governo: o ideário educacional do manifesto dos pioneiros da escola nova no Brasil. In: SILVA, JPS (Org.). **Intelectuais, instituições e reformas na educação brasileira no século XX**. 1ed.Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2018.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976

_____. **Educação e sociedade na Primeira República**. RJ, DP&A. 2001.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RANGHETTI, DS. Políticas de formação inicial dos professores no Brasil: dos jesuítas às Diretrizes da Pedagogia. **Revista @mbienteeducação**. v. 01, n. 01 jan/julh 2008, São Paulo - SP. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_1/art1diva.pdf. Acesso em: 25 de jul. 2019.

RIBEIRO, MLS. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 13. ed. ver. e ampl. Campinas (SP): Editora Autores Associados, 1993. (Coleção Educação Contemporânea).

ROMANELLI, OO. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

SAVIANI, D. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947). In: SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados LTDA, 2010, p. 195-275.

TEIXEIRA, A. O manifesto dos pioneiros da educação nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.65, n.150, p. 407-425, maio/ago. 1984.

VIEIRA, SR. **Uma reflexão acerca do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. UNICAMP: jul. 2006, Campinas, SP. p. 1-14.

Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7. Acesso em: 19ago. 2019.

XAVIER, LN. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

XAVIER, LN. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, MC (Org.). **Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate**. 1ed. Rio de Janeiro-Belo Horizonte: Fundação Getúlio Vargas e FUMEC, 2004, v. 1, p. 21-38.